



ENERGIA

Furnas conhecia falha que levou ao apagão (Folha de SP) 04/12/09	3
Mercado Aberto (Folha de SP) 04/12/09	3
Governo diminui pressão sobre Belo Monte, diz IBAMA (Folha de SP) 04/12/09	5
Calor "acima da média" eleva consumo de energia em 7,5% (Folha de SP) 04/12/09	6
Bolívia busca mercado e dinheiro para gás (Folha de SP) 04/12/09	6
CPFL Paulista lança plano de verão para combater apagão (Folha de SP) 04/12/09	7
Ribeirão gasta 501 mil litros de álcool por dia (Folha de SP) 04/12/09	7
Azeredo vira réu no STF em processo do valerioduto de MG (Folha de SP) 04/12/09	8
Senador se diz inocente e critica tribunal (Folha de SP) 04/12/09	8
Supremo abre processo criminal contra Azeredo (O Estado de SP) 04/12/09	9
"Havia açodamento por Belo Monte" (O Estado de SP) 04/12/09	9
Tasso vai relatar projeto da Petro-Sal no Senado (O Estado de SP) 04/12/09	10
Dilma no Céu (O Estado de SP) 04/12/09	11
Setor é controlado pela Petrobrás, afirma OMC (O Estado de SP) 04/12/09	13
São Paulo vai vender ações para reforçar investimentos (Valor Econômico) 04/12/09	14
Rali modesto traz foco em papéis defensivos (Valor Econômico) 04/12/09	15
Brasil entra em ranking global de inovação (Valor Econômico) 04/12/09	16
Educação corporativa se dissemina (Valor Econômico) 04/12/09	17
Parecer do Ibama listou 16 pendências em Belo Monte (Valor Econômico) 04/12/09	18
Consumo de energia cresce com calor e recuperação industrial (Valor Econômico) 04/12/09	19
Engevix analisa compra da Aibel no Brasil (Valor Econômico) 04/12/09	19
Prefeitos do Rio pressionam Cabral a defender sua fatia nos royalties (Valor Econômico) 04/12/09	20
What's News (Valor Econômico) 04/12/09	22
Grupo RAC tem dois jornalistas premiados (Correio Popular) 04/12/09	23
Embolso de lucro impera após dados nos EUA e Bovespa cai (Estadão Online 19:04) 03/12/09	23
Contribuinte não tem direito de creditar ICMS sobre aquisição de energia (CanalEnergia) 03/12/09	24
CPI das Tarifas de Energia recomenda nova licitação para concessões do setor (CanalEnergia) 03/12/09	25
Celesc PNB fecha em alta de 9,05% (CanalEnergia) 03/12/09	25
Especialistas afirmam no Senado que blecaute foi causado por raios e chuvas fortes (CanalEnergia) 03/12/09	26
Aneel apresenta análise de contribuições a aditivo de contrato de distribuidoras (CanalEnergia) 03/12/09	26
Ricardo Pigatto, da APMPE: O custo da intransigência (CanalEnergia) 03/12/09	26
Presidente do Ibama está desconfortável no cargo, afirma ex-ministra do MMA (CanalEnergia) 03/12/09	27
Governo de São Paulo prepara venda de ações da Cteep (CanalEnergia) 03/12/09	28
Reservatórios do Sul atingem 98% do volume armazenado (CanalEnergia) 03/12/09	28
Grupo Eletrobrás investe menos da metade do orçamento até outubro (CanalEnergia) 03/12/09	28
Transmissão Paulista PN opera em queda de 2,06% (CanalEnergia) 03/12/09	29
SIN apresenta crescimento de 7,5% na carga de novembro (CanalEnergia) 03/12/09	30
MP/SP propõe que concessionárias projetem valor da Parcela A por 12 meses (CanalEnergia) 03/12/09	30
Aprovada transferência de concessões de transmissão da Afluente GT (CanalEnergia) 03/12/09	31
Petrobras vai construir Instituto de Petróleo, Gás e Energia, em Santa Catarina (CanalEnergia) 03/12/09	31
Abar poderá ter duas novas Câmaras Técnicas (CanalEnergia) 03/12/09	31
Sulgipe sofre alterações em resultado da segunda revisão tarifária (CanalEnergia) 03/12/09	32

SINDICAL

Trabalhadores da Tecsis, em Sorocaba (SP), conquistam 7% de reajuste (CUT Nacional) 04/12/09.....	32
Farra do panetone (CUT Nacional) 03/12/09.....	32
Rumo à Cúpula Sindical de Montevideu (CUT Nacional) 03/12/09.....	33
Setor de mineração (CUT Nacional) 03/12/09.....	34
Mais uma de Taxab (CUT Nacional) 03/12/09.....	35
Até dia 10 de dezembro (CUT Nacional) 03/12/09.....	37
Petroleiros (CUT Nacional) 03/12/09.....	38
Confecom na batalha de ideias (CUT Nacional) 03/12/09.....	39
Direitos humanos e o dia internacional da pessoa com deficiência (CUT Nacional) 03/12/09.....	39
Trabalhadores são escravizados na construção de pedágio (CUT Nacional) 03/12/09.....	40
Pesquisa indica avanços na educação de jovens, mas alerta para desigualdades (CUT Nacional) 03/12/09.....	41
Sindieletro-MG: trabalhadores rejeitam proposta da Gasmig (CUT Nacional) 03/12/09.....	42

Furnas conhecia falha que levou ao apagão (Folha de SP) 04/12/09

Desde 2007, estatal responsável pelas 3 linhas que caíram sabia que equipamentos operavam de forma precária na chuva

O mau funcionamento de isoladores em condições de chuva foi apontado pelo ONS como provável causa do último blecaute

SAMANTHA LIMA
ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIO

Dona das três linhas de transmissão que desligaram e deixaram 18 Estados sem luz no último dia 10, Furnas sabia desde 2007 que os equipamentos que falharam no último apagão funcionavam de forma precária com excesso de chuva, segundo a Folha apurou. Vinha providenciando a troca dos equipamentos, mas foi incapaz de evitar o blecaute. Os isoladores são peças de nove metros de altura, instaladas nas linhas de transmissão. Impedem que a corrente transportada pelos fios desça pelas torres ou pelas subestações e atinja o chão -o que resultaria em um curto-circuito. O mau funcionamento dos isoladores em condições de chuva foi apontado pelo ONS, há duas semanas, como provável causa do último apagão. Um deles teria falhado numa linha de transmissão próxima à subestação de Itaberá (SP), que desligou. O desligamento da primeira linha sobrecarregou as demais. Com problemas semelhantes nos isoladores, uma linha paralela à primeira e outra, depois de Itaberá, teriam desligado numa fração muito curta de tempo, e o sistema não teve tempo de se recompor.

Está prevista para hoje a entrega do relatório com as causas do apagão ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Folha apurou que, em 2007, uma falha na subestação de Itaberá semelhante à ocorrida levou técnicos a investigar o desligamento das linhas. Furnas verificou, então, que o problema decorreu de deficiência no impedimento de circulação de energia pelos isoladores.

A estatal decidiu remover os isoladores e levá-los em caminhões para o Centro de Pesquisas em Energia Elétrica, do sistema Eletrobrás.

Depois de várias semanas de análise, os técnicos concluíram que, em situação de chuva forte, os isoladores perdiam capacidade de atuação. Providenciou-se, então, a troca de vários isoladores que estavam instalados nas linhas de transmissão de 750kV -as de maior tensão da América Latina. Essas linhas são as que saem de Foz do Iguaçu rumo ao Sul e ao Sudeste, e entre elas estão as três que entraram em curto no dia 10.

Sem entender por que isso passou a acontecer -já que a estação tinha 27 anos sem registrar tal ocorrência-, Furnas decidiu encomendar outros isoladores, com inovações que permitissem aumentar a capacidade de interrupção de transmissão de energia por eles.

O problema é que, como o desenvolvimento do equipamento demanda serviços de engenharia, o processo foi obrigado a passar por licitação -o que consumiu alguns meses.

A troca de isoladores no sistema de linhas de subestações de 750 kV foi iniciada, mas ainda não concluída, afirmam fontes próximas a Furnas.

A estatal informou ontem que a troca de isoladores "faz parte da rotina de manutenção". Oficialmente, nega que tenha havido um programa específico para a troca desses isoladores. Diz Furnas que o blecaute do dia 10 não foi problema de equipamento, mas sim por chuva e ventos. Segundo Furnas, os equipamentos "atuam dentro das normas".

Mercado Aberto (Folha de SP) 04/12/09

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Riachuelo vai investir com crédito do BNDES

O BNDES aprovou três financiamentos, no valor total de cerca de R\$ 350 milhões, para o Grupo Guararapes, controlador da rede de lojas de varejo de vestuário Riachuelo.

Com os recursos, o grupo pretende implantar uma unidade de produção da Guararapes Confecções, em Fortaleza, no Ceará, abrir 16 novas lojas da Riachuelo e reformar outras dez em diversas regiões do país, além de expandir o do Midway Mall, em Natal, no Rio Grande do Norte.

No shopping, um dos maiores do Nordeste, será instalada a primeira casa de espetáculos multiuso da capital do Estado. Os empréstimos são as primeiras operações do Guararapes, um dos principais do Nordeste, com o banco de fomento. A Riachuelo é a terceira maior rede de varejo de vestuário do Brasil, perdendo apenas para a C&A e para as Casas Pernambucanas. Ela está voltada para classes C e D e possui várias marcas próprias.

As lojas estão localizadas em 21 Estados e no Distrito Federal, sendo 42% delas no Sudeste, 27% no Nordeste, 14% no Centro-Oeste, 11% no Sul, e 6% no Norte.

Os novos projetos devem gerar 5.000 empregos diretos. O grupo tem 34 mil empregados.

A região Nordeste já responde hoje por 17% dos desembolsos totais do BNDES.

"Antes, o Guararapes praticamente não tinha endividamento, porém mudou de estratégia a fim de retomar os investimentos de forma agressiva. De 2006 a 2008, por exemplo, só abriu nove lojas por ano", diz Juliana Campos, analista de varejo da corretora Ativa.

Antes, o Guararapes praticamente não tinha endividamento nenhum, porém mudou de estratégia a fim de conseguir retomar os investimentos de uma forma mais agressiva

JULIANA CAMPOS

analista de varejo da Ativa Corretora

Bahia recebe propostas de PPP de estádio da Copa

O governo da Bahia recebe hoje em Salvador as propostas dos interessados em participar da primeira PPP (Parceria Público Privada) da Copa de 2014, da reconstrução do Estádio da Fonte Nova. A obra está orçada em R\$ 560 milhões a R\$ 600 milhões.

O edital da licitação prevê a demolição e reconstrução de uma arena com capacidade para 50 mil torcedores. O vencedor ficará responsável pela gestão do estádio por um prazo de 35 anos. Uma das propostas será apresentada pelo consórcio formado pelos grupos Odebrecht e OAS. Os outros candidatos serão conhecidos ainda hoje e o vencedor, no dia 9.

A escolha se dará pelos critérios de menor valor pelo serviço de administração da arena e de melhor proposta técnica. O máximo que o governo pretende pagar pela prestação de serviço de administração do estádio por 15 anos é de R\$ 107,6 milhões anuais. O início das obras está previsto para fevereiro.

O projeto da Fonte Nova prevê ainda que o vencedor da licitação explore comercialmente as imediações do estádio, com a construção de um shopping center, um hotel, uma casa de shows e duas torres empresariais.

"A gestão da iniciativa privada é importante para dar sustentabilidade econômica para os estádios", diz Felipe Jens, presidente da Odebrecht Investimentos em Infraestrutura, empresa que representa o grupo Odebrecht no consórcio.

"Senão, acontece como aconteceu com o Pan. Você investe na arena e depois da competição ela fica sem utilidade."

CADEIRA

O executivo Mauro Ramos será o novo presidente da SC Johnson, dona de marcas como Baygon, Glade, Autan e Ziploc. Ramos, que atua na matriz da empresa nos Estados Unidos, retorna ao Brasil para ser o primeiro presidente brasileiro da subsidiária da SCJ.

SIDERURGIA

O escritório Lefosse foi contratado para fazer o modelo do programa de investimentos da Wuhan Iron and Steel Corp-Wisco na siderúrgica que o grupo planeja construir no Rio em parceria com a EBX, de Eike Batista. O complexo terá investimentos de US\$ 5 bilhões.

PADRÃO

Caio Barsotti será o novo presidente do Cenp (Conselho Executivo das Normas-Padrão). Ele vai assumir a vaga que foi de Petrônio Corrêa desde a fundação da entidade, há 11 anos. A troca será publicada na próxima semana.

NEGÓCIOS

A CMA, especializada em soluções para negociação eletrônica, acaba de lançar um sistema de algoritmos desenvolvido para o segmento BM&F. Nos EUA, cerca de 70% do volume negociado no mercado à vista e 40% do mercado futuro é operado por meio de sistemas de algoritmos.

SEM BRINCADEIRA

A italiana Chicco, que produz brinquedos, vestuário e acessórios infantis, acaba de abrir uma fábrica no Brasil. A marca trabalha hoje com 90% de sua produção de roupas vindas da fábrica da China, segundo Paulo Solimeo, diretor-geral da Chicco do Brasil.

Com a produção na China, a operação brasileira precisava planejar pedidos com muita antecedência e sofria com movimentos no câmbio e reposição do estoque. A unidade do Brasil não conseguirá competir com o imbatível custo da mercadoria chinesa, diz Solimeo, mas o resultado será positivo. "Comparando só custo do produto, o chinês é 30% mais barato. Mas, quando colocamos no cálculo frete e tributação, o brasileiro fica 10% abaixo." Mas Solimeo não atribui a importância do investimento à economia que vai gerar. "O principal é olhar para o futuro e mostrar ao grupo o Brasil como alternativa de produção além da China, que já começa a dar sinais de desgaste."

A Chicco também abriu recentemente filial na Índia para produção de brinquedos. A coleção de roupas brasileiras chega às lojas em junho.

DESEMBARQUE ASIÁTICO

A Hyundai vai se instalar em Piracicaba, interior de São Paulo. A ideia de ter uma planta na cidade, que refluíu quando veio a crise, volta agora ampliada, com investimento de US\$ 600 milhões. A fábrica começará a operar em 2012, com 90 mil metros quadrados de área construída. Em uma primeira fase, vai produzir 150 mil carros por ano e criará 1.600 empregos diretos. A licença ambiental da obra deve sair até março. É a segunda grande montadora que se instala no Estado recentemente. A outra foi a Toyota, em Sorocaba.

COMBUSTÍVEIS

O escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice, representado pelo sócio José Virgílio Lopes Enei, e mais duas bancas estrangeiras realizam hoje um seminário para empresários e investidores em Londres, na Inglaterra, sobre a exploração de petróleo e gás no Brasil e no México.

NATURAL

A C&A abre na próxima semana uma loja sustentável em Porto Alegre. Trata-se da segunda loja ecológica da marca no mundo. A exemplo da unidade inaugurada na Alemanha em 2008, haverá painéis de energia solar e controle do ar condicionado. A rede MegaMatte também abre sua loja verde.

com JOANA CUNHA e DENYSE GODOY

Governo diminui pressão sobre Belo Monte, diz IBAMA (Folha de SP) 04/12/09

Nova data para leilão só será marcada após análise do instituto, segundo novo diretor

Licitação estava agendada para o próximo dia 21, mas foi suspensa por falta da licença prévia à usina hidrelétrica, que integra as obras do PAC

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo não marcará nova data para o leilão da hidrelétrica de Belo Monte (PA), a maior no país, até que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) conclua a análise do estudo de impacto ambiental da usina.

"Não estamos trabalhando com data para leilão, mas devemos dar uma resposta ainda em janeiro", disse o novo diretor de licenciamento do Ibama, Pedro Alberto Bignelli, depois de reunião com a equipe da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil).

O leilão estava marcado para o dia 21 deste mês, mas foi suspenso por falta da licença prévia à usina. Com potência de mais de 11.000 MW, Belo Monte só perde em porte para a usina de Itaipu, um empreendimento binacional.

O prazo para concluir a análise depende agora da agilidade com que a Eletrobrás, empreendedora da obra, vai responder aos novos pedidos de informação feitos em parecer técnico, antecipado pela Folha, que aponta "incertezas" no projeto. "A bola agora está com eles", disse o diretor, que espera informações da estatal na próxima semana.

Entre os principais problemas apontados pelos técnicos, estão a qualidade da água e a navegabilidade do rio Xingu. O parecer técnico, com 331 páginas, foi encaminhado à Eletrobrás poucos dias antes da exoneração de Sebastião Pires, diretor de licenciamento, e de Leozildo Benjamin, coordenador de infraestrutura de energia elétrica do instituto, que estavam responsáveis pelo licenciamento de Belo Monte.

O novo diretor de licenciamento disse que a Casa Civil aliviou a pressão para acelerar a concessão de licença prévia para a hidrelétrica. A equipe de Dilma é responsável pela coordenação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do qual Belo Monte faz parte.

"Pressão não resolve, a análise é técnica", disse o diretor. Ele acredita que o empreendimento obterá a licença prévia mediante condições, de modo a contornar impactos sociais e ambientais da obra.

Entre as prováveis condicionantes, haverá programas de saneamento nas proximidades da usina e a construção de um elevador para embarcações de pequeno porte driblarem a redução da navegabilidade em trecho do rio Xingu.

A equipe de licenciamento poderá ser reforçada nos próximos dias para evitar atrasos na conclusão da análise do estudo de impacto ambiental, adiantou o diretor.

Anteontem, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que o parecer do Ibama já está quase concluído. "Minha avaliação é que não vai precisar adiar [o leilão]; 99% do parecer está pronto", afirmou.

Questionado sobre a troca dos técnicos que analisavam o pedido de licença para a usina de Belo Monte, ele confirmou as pressões no governo: "Obviamente, o governo tem centenas de obras e quer ver as coisas acontecerem, mas eu nunca me comprometi com prazo para liberar a licença".

A construção de Belo Monte já foi contabilizada nas metas de corte nas emissões de gás carbônico até 2020.

(MARTA SALOMON)

Calor "acima da média" eleva consumo de energia em 7,5% (Folha de SP)

04/12/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O consumo de energia em novembro aumentou 7,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, de acordo com dados divulgados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Em novembro, foram consumidos 56.274 MW médios (megawatts médios).

Ao longo do ano, porém, ainda não houve recuperação da queda provocada pela crise financeira mundial. No acumulado entre janeiro e novembro, o consumo neste ano ficou 0,5% menor do que o do mesmo período de 2008.

De acordo com o ONS, no entanto, o resultado "consolida a retomada do crescimento da produção industrial".

O calor "acima da média", segundo o ONS, tem contribuído. Com as altas temperaturas, o consumidor usa equipamentos como ar-condicionado, que gastam muita energia.

Os dados de novembro ficaram um pouco distorcidos porque incorporaram o consumo dos Estados do Acre e de Rondônia. Esses Estados faziam parte do "sistema isolado" e não tinham seu consumo computado. Acre e Rondônia consumiram 400 MW médios, o que equivale a 0,8% do aumento no mês de novembro.

Bolívia busca mercado e dinheiro para gás (Folha de SP) 04/12/09

Após nacionalização, principal setor da economia sofre com queda de demanda brasileira e com gargalo para exportar à Argentina

Governo de Morales, franco favorito para se reeleger, e críticos veem necessidade de melhora na produção e escoamento do combustível

Dezenas de milhares de simpatizantes do presidente Evo Morales participam de comício em umas das principais avenidas de El Alto, nas cercanias da capital, La Paz

FLÁVIA MARREIRO

ENVIADA ESPECIAL A LA PAZ E SANTA CRUZ DE LA SIERRA (BOLÍVIA)

Quase quatro anos após a nacionalização do setor de gás da Bolívia, e -tudo indica- a poucos dias de ser reeleito presidente, Evo Morales vê-se com dois problemas pela frente.

Os desafios de curto e médio prazos são atrair investimentos privados para seguir explorando as reservas do país e buscar novos mercados para a principal riqueza boliviana.

Desde a posse de Morales, em 2006, houve apenas tímida melhora no volume de gás produzido, e há problemas de gestão e operação na estatal do gás, a YPFB, que trocou cinco presidentes no período.

Se os preços altos do gás ajudaram a promover o crescimento médio do PIB -4,5% no período- e pesaram para proporcionar o gasto público que permitirá à Bolívia crescer 3% em 2009 (a melhor performance das Américas), já há redução de receita desde o ano passado.

Por contrato, que vale até 2019, o Brasil, o maior mercado boliviano, tem de importar, quer o utilize ou não, ao menos 24 milhões de m³/dia de gás, na média anual.

No primeiro semestre deste ano, a demanda brasileira foi 28% menor que no mesmo período de 2008.

Sempre há sazonalidade na demanda de gás, mas a dependência do Brasil, que busca novas fontes de energia, e a ausência de alternativas de mercado preocupam.

Uma opção seria a Argentina, que no mesmo período dobrou sua demanda. O problema é que falta gasoduto para fazer o combustível chegar lá. "Além disso, a Argentina é um mercado subvencionado. Não é bom nem para o vendedor", diz o analista Carlos Delius.

O governo já cogitou construir no país uma indústria para liquefazer o gás e transportá-lo para outros mercados. Mas, para analistas, o gargalo será o mesmo que vem afetando o setor como um todo: falta de investimento.

La Paz colocou US\$ 1 bilhão do Tesouro na YPFB. "Mas estima-se que eles necessitem no total US\$ 5 bilhões de investimento", aponta Stephen Keppel, analista da Economist Intelligence Unit para a Bolívia.

Por enquanto, não há sinais de que esse dinheiro virá no curto prazo. Os investidores esperam a regulamentação do setor sob a nova Constituição.

Keppel diz que ainda há temor por conta de questões como remessa de lucro e investimento estrangeiro, embora identifique na YPFB "pessoas que entenderam que precisarão de investimento para seguir produzindo".

Na semana passada, a espanhola Repsol anunciou que aplicará US\$ 1,5 bilhão nos próximos cinco anos. Mas muitos veem na cifra um significado político, como também dizem ter sido o US\$ 1 bilhão anunciado pela Petrobras em 2008.

No caso da empresa brasileira, quase nada saiu do papel, parte por problemas técnicos e legais envolvendo campos de exploração. Parte, porém, também pode ser atribuído à relação Petrobras-La Paz, que jamais curou-se totalmente das feridas da nacionalização.

Segue inconclusa uma negociação entre a empresa e La Paz: o pagamento pelos chamados "gases ricos" atrelados ao gás vendido ao Brasil. Os países acertaram que a Petrobras pagaria pelo adicional um valor acordado de US\$ 100 milhões retroativo ao ano de 2007 -que ainda não foi pago.

CPFL Paulista lança plano de verão para combater apagão (Folha de SP) 04/12/09

DA FOLHA RIBEIRÃO

Devido ao período de chuvas, típico do verão, a CPFL Paulista anunciou ontem um plano para ampliar o atendimento em épocas de interrupção de energia. Na região de Ribeirão Preto, o investimento foi de R\$ 81 milhões, o que incluiu substituição de postes, manutenção da iluminação pública e redes de distribuição e capacitação de técnicos e eletricitas.

O objetivo é prevenir danos na rede e, no caso de queda de raio, restabelecer logo o sistema. A central de Ribeirão monitora o fornecimento de energia a 94 cidades da região. Entre as maiores, estão Franca, São Carlos, Barretos e Araraquara.

Ontem, além do plano verão, a empresa anunciou o investimento em um call center na unidade de Araraquara em janeiro do ano que vem. A previsão é contratar 600 pessoas para atender a cerca de 23 mil chamadas por dia. Anteontem, uma forte chuva causou a queda de energia em cidades como Barretos, Terra Roxa e Viradouro. A interrupção foi causada por queda de raio na rede elétrica à noite. O tempo para se restabelecer a energia variou de duas a nove horas. A maior demora ocorreu em Terra Roxa, onde a energia, interrompida às 23h, só retornou às 8h.

Ribeirão gasta 501 mil litros de álcool por dia (Folha de SP) 04/12/09

No ano passado, veículos do município utilizaram 183 milhões de litros de álcool hidratado, 23% a mais do que em 2007

A tradição do combustível na região e o aumento de automóveis do tipo flex justificam a alta, segundo representantes do setor

JULIANA COISSI
DA FOLHA RIBEIRÃO

Os veículos de Ribeirão Preto consumiram uma média de 501,6 mil litros de álcool hidratado por dia no ano passado. A cidade é a terceira do Estado que mais recorreu ao etanol para abastecer seus carros, segundo o Anuário Estatístico de Energéticos 2008, publicado pela Secretaria de Estado de Saneamento e Energia.

Ao longo do ano passado, Ribeirão consumiu 183 milhões de litros de álcool hidratado, um aumento de 23,9% em relação ao ano anterior. A tradição do produto na região e o aumento dos carros flex estão entre as justificativas para a opção pelo etanol, segundo representantes do setor.

Se for considerada a frota de veículos da cidade, que era de 335 mil unidades na época, significa dizer que, em média, cada veículo de Ribeirão consumiu no ano passado, 545 litros. É a maior proporção entre as 15 cidades paulistas mais consumidoras do combustível.

O álcool é uma preferência cultural na região, de acordo com Renê Abbad, vice-presidente da Brascombustíveis (Associação Brasileira do Comércio Varejista de Combustíveis Automotivos).

"Tanto que somente em fevereiro deste ano é que, no país, o consumo do álcool foi maior do que o da gasolina, mas aqui em Ribeirão isso acontece há três anos", disse Abbad.

Diretor regional da Unica, Sérgio Prado afirma que o preço do litro, ainda que tenha aumentado um pouco nas últimas semanas, é mais baixo do que em outras cidades.

O estudo também mostra que o consumo de GNV (gás natural veicular) pelos veículos aumentou de forma expressiva na cidade, por causa do funcionamento do gasoduto Araraquara-Ribeirão, em 2007.

O consumo, porém, tem caído por causa do preço do gás. De um universo de 151 postos existentes na cidade, cinco eram GNV. Um deles, o posto São João decidiu há seis meses abandonar o fornecimento de gás para se manter apenas com gasolina, álcool e diesel.

Há um ano, quando o sistema de GNV foi instalado no posto, o preço do gás era R\$ 1,59 o m3. Hoje, está em R\$ 1,89. "Não compensa manter o GNV, porque a frota de Ribeirão Preto para isso é muito pouco", afirmou o gerente do posto Rogério Santos.

Azeredo vira réu no STF em processo do valerioduto de MG (Folha de SP) 04/12/09

Por 5 votos a 3, senador do PSDB responderá por esquema usado na eleição de 1998

Ministro Toffoli defendeu o arquivamento da denúncia contra Azeredo; maioria do plenário, porém, acatou o voto de Joaquim Barbosa

FELIPE SELIGMAN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O senador e ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), virou réu no Supremo Tribunal Federal e responderá penalmente por suposta participação no valerioduto mineiro, esquema de desvio de dinheiro público em favor de sua campanha de reeleição no Estado, em 1998.

Por cinco votos a três, o STF entendeu, após três sessões e 15 horas de julgamento, que há "indícios suficientes" na denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra o tucano por conta da suposta prática dos crimes de peculato (uso de cargo público em benefício próprio) e lavagem de dinheiro. O então procurador-geral, Antonio Fernando Souza, relatou sete ocasiões em que o peculato teria ocorrido e outras seis de lavagem de dinheiro.

O relator do caso no STF, ministro Joaquim Barbosa, decidiu no início de novembro receber em sua totalidade a denúncia proposta pelo procurador-geral. Ontem, ele foi seguido por Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso e Marco Aurélio Mello.

O caso havia sido interrompido por José Antônio Dias Toffoli, que defendeu ontem o arquivamento da denúncia, ao afirmar não ver indícios da participação de Azeredo no esquema. Ele foi seguido por Eros Grau e Gilmar Mendes.

Os ministros Celso de Mello, Ellen Gracie e Cármen Lúcia não participaram da sessão.

Quando pediu vista, em novembro, Toffoli disse que gostaria de analisar melhor um recibo, presente no inquérito e com a assinatura do tucano, de pagamento de R\$ 4,5 milhões pela empresa SMPB, do publicitário Marcos Valério, apontado como o operador da fraude.

Toffoli disse, na ocasião, que aquele seria o único indício da participação do tucano no caso e que havia sido contestado como falso pela defesa.

Ontem, a Folha revelou que nos autos do processo há um recibo autenticado em cartório, com assinatura do senador "reconhecida por semelhança". Toffoli, porém, disse acreditar que o papel seja mesmo "falso".

Três ministros rebateram o argumento, alegando não ser este o momento de analisar a veracidade das provas, mas a existência de indícios. "Não estamos a condenar ninguém", disse Marco Aurélio Mello.

"Parece até reprise de um filme que já vimos. Os protagonistas e o modus operandis são os mesmos", afirmou Carlos Ayres Britto, numa referência ao mensalão federal que veio à tona em meados de 2005.

Crimes

Segundo a denúncia da Procuradoria, o dinheiro público vinha por meio de contratos de publicidade da empresa de Valério firmados com a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), a Comig (Companhia Mineradora de Minas Gerais) e o Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais). Os contratos somaram R\$ 3,5 milhões para realizar eventos esportivos em Belo Horizonte e serviam para o pagamento de empréstimos de fachada.

Segundo Barbosa, "dezenas de empréstimos fictícios" tomados no Banco Rural pela SMPB esquentavam a origem de verbas públicas e do caixa-dois recebido. "Caixa dois costuma ser o início de todo o crime administrativo cometido no Brasil", disse Ayres Britto.

A defesa de Azeredo nega a participação dele no esquema. Ainda podem ser apresentados os embargos de declaração-recursos que visam esclarecer obscuridades, omissões ou contradições do julgamento. Só então a ação penal começará a correr. Não há previsão para o julgamento final do caso.

Senador se diz inocente e critica tribunal (Folha de SP) 04/12/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou ontem que "reitera as declarações" de que é inocente. Ele também divulgou uma nota na qual nega ter existido um "mensalão mineiro" em seu governo (1995-1998).

"Nunca houve mensalão em Minas Gerais. As questões financeiras envolvendo a campanha eleitoral de 1998 não foram de minha responsabilidade."

Azeredo também voltou a afirmar que as provas apresentadas são falsas.

O senador citou a diferença de dois votos na decisão do STF para relativizá-la. "Como afirmaram Gilmar Mendes, presidente do STF, Dias Toffoli e Eros Grau, a denúncia não apresentou provas que justificassem a abertura desta ação."

Supremo abre processo criminal contra Azeredo (O Estado de SP) 04/12/09

Por 5 votos a 3, foi aceita denúncia contra senador acusado por crimes de peculato e lavagem de dinheiro

Mariângela Gallucci, BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu ontem processo criminal contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A partir de agora, o congressista é réu em ação penal e será julgado por suspeita de envolvimento com os crimes de peculato e lavagem de dinheiro, no caso que ficou conhecido como mensalão tucano.

Por 5 votos a 3, o STF aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra Azeredo. Pela acusação, o senador teria participado de um esquema de desvio de recursos públicos e de caixa 2 na campanha de 1998, quando tentou se reeleger governador de Minas Gerais, mas perdeu a disputa para Itamar Franco.

No julgamento - que começou em novembro - prevaleceu o voto do relator, ministro Joaquim Barbosa, para quem houve desvio de recursos de empresas estatais mineiras para a campanha do tucano. "Não há a menor dúvida de que ocorreram desvios das estatais. Não há menor dúvida de que houve aparentemente uma lavagem de dinheiro", disse. "O Supremo não é cemitério de inquéritos e ações penais contra quem quer que seja", afirmou o ministro Marco Aurélio Mello, que concordou com Barbosa.

De acordo com o relator, há indícios de que Azeredo teria sido o responsável pelo planejamento e pela execução dos atos que resultaram nos supostos desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Segundo as investigações, há suspeitas de que o publicitário de Marcos Valério seria o operador do esquema.

De acordo com Barbosa, há similitude entre o esquema do mensalão tucano e o petista. O primeiro seria o embrião do segundo. Por esse motivo, o ministro propôs que o processo sobre o esquema em Minas Gerais seja julgado no mesmo dia que a ação aberta pelo tribunal em 2007 contra 40 acusados de participação no mensalão federal.

TOFFOLI

Ontem, Barbosa ficou visivelmente contrariado com o voto do novato no STF, o ministro José Antonio Dias Toffoli, o primeiro a se posicionar a favor de Azeredo. Ex-integrante do governo Lula, Toffoli concluiu que não há indícios de que o ex-governador tenha se envolvido com o esquema.

Ex-subchefe da Casa Civil da Presidência e ex-advogado-geral da União no governo de Lula, Toffoli disse que leu detalhadamente o inquérito e não encontrou nenhum ato praticado por Azeredo. "Também não vi na própria denúncia a participação de Azeredo", afirmou. "A denúncia imputa-lhe os fatos apenas por ele ter sido na época o governador."

Toffoli afirmou que tudo indica ser falso um recibo anexado que comprovaria o recebimento de R\$ 4,5 milhões do empresário Marcos Valério. O ministro comparou ainda os gastos de campanha de Azeredo com os de outros candidatos que disputaram o governo mineiro, em 1998.

O relator do inquérito no STF reagiu publicamente no plenário ao voto do colega. "Vossa Excelência está fazendo comparações absolutamente impertinentes", afirmou. Toffoli pediu licença para continuar seu voto. Barbosa voltou a intervir: "Nessa fase não se examina se tal recibo é ou não falso."

Toffoli também reagiu e disse que tinha ouvido Barbosa por dois dias - o tempo consumido pelo relator para ler o seu voto, em novembro. "Não ouviu meu voto, não leu os autos", acusou Barbosa.

Além de Toffoli, votaram contra a abertura da ação penal o presidente do STF, Gilmar Mendes, e o ministro Eros Grau. "Eu também não consigo encontrar base para receber a denúncia por peculato e lavagem de dinheiro", justificou Mendes.

"Havia açodamento por Belo Monte" (O Estado de SP) 04/12/09

Ex-coordenador diz que pediu demissão do Ibama por pressão do governo para liberar a licença da usina

Leonardo Goy, BRASÍLIA

O ex-coordenador geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, confirmou ontem à Agência Estado que seu pedido de demissão do cargo foi causado, entre outros motivos, pela pressão interna do governo para que o órgão ambiental acelerasse a emissão da licença prévia da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA).

"Estava havendo pressão, como em qualquer empreendimento. Em Belo Monte, a pressão é maior. Só não aceito pressões indevidas, açodamento. E estava havendo açodamento", disse ele que, na condição de servidor concursado do Ibama, vai voltar a trabalhar no núcleo de licenciamento do Amapá, de onde é originário.

Benjamin citou como particularmente grave a ocasião em que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse, em uma entrevista coletiva, que a licença sairia no dia 16 de novembro. "Como pode um ministro de outra pasta dizer que a licença vai sair tal dia? Isso contamina os técnicos. Eles querem saber se esse prazo vale." Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério de Minas e Energia informou que Lobão não comentaria a declaração.

O ex-diretor preferiu não se manifestar sobre a viabilidade ou não do projeto de Belo Monte, mas disse que o trabalho do Ibama está sendo bem feito e que, em nenhum momento, ouviu alguém dizer que a usina seria inviável.

Apesar da pressa do governo, o fato é que ainda existem dúvidas no Ibama que precisam ser esclarecidas antes da liberação da licença. Segundo Benjamin, na semana passada, o Ibama solicitou à Eletrobrás - responsável pelos estudos de Belo Monte - complementações sobre pontos pendentes nos relatórios ambientais. "A bola agora está com o empreendedor."

Entre as pendências há uma grande quantidade de pedidos de informações adicionais sobre o impacto que a obra vai trazer na densidade demográfica da região. Trecho do parecer obtido pela Agência Estado afirma que "os impactos decorrentes do afluxo populacional não foram dimensionados a contento", assim, dizem os técnicos do Ibama, as medidas apresentadas para preparar a região para receber o fluxo migratório não são suficientes.

Os técnicos também dizem no documento que há ainda um grau de incerteza elevado no que se refere à qualidade da água nos canais da futura barragem. O Ibama pede ainda a apresentação de indicadores socioeconômicos que permitam identificar o aumento da demanda pelos serviços públicos na região, também devido ao aumento populacional.

Outra complementação diz respeito à projeção do desmatamento necessário para a obra e também novos detalhes sobre a retenção de sedimentos para o rio.

Tasso vai relatar projeto da Petro-Sal no Senado (O Estado de SP) 04/12/09

Renato Andrade e Carol Pires, BRASÍLIA

Um membro da oposição, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), será o relator do projeto de criação da Petro-Sal na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A Petro-Sal será a estatal responsável pela gestão dos contratos de partilha na nova área de petróleo.

A escolha de um opositor foi proposital, segundo Demóstenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, uma vez que na Câmara os relatores dos quatro projetos eram governistas. "Vamos equalizar um pouco", disse. Como presidente da CCJ, Demóstenes tem a atribuição de indicar os relatores dos projetos.

Nos debates na Câmara, a oposição protestou contra a criação da Petro-Sal sob o argumento de que será aparelhada pelo governo. O líder do PSDB, José Aníbal (SP), disse, na época da votação, que a empresa poderia virar um "cabidão de empregos".

Demóstenes disse que a comissão ainda não discutiu como será o debate sobre os projetos nem quem deverão ser os convidados para as audiências públicas. "Faltam três projetos chegarem. Talvez seja melhor que as discussões sejam juntas." Após análise da CCJ, o projeto será votado nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura antes de seguir para o plenário do Senado.

MOBILIZAÇÃO

Na Câmara, a base aliada do governo se prepara para enfrentar no voto a oposição para conseguir aprovar nas próximas duas semanas os três projetos que ainda faltam ser apreciados sobre o marco regulatório do pré-sal. Com a desobstrução da pauta, na quarta-feira, os governistas se mobilizam para votar, na semana que vem, o projeto do modelo de partilha.

Dilma no Céu (O Estado de SP) 04/12/09

João Mellão Neto

Caiu um forte raio em Brasília. Desses que o governo afirma que são capazes de causar um blecaute. Ele caiu justamente no Palácio do Planalto. Para espanto de alguns e alívio de outros, o raio deu de cair exatamente na cabeça da ministra Dilma Rousseff, que foi literalmente torrada. Sem nada o que fazer, ela se dirigiu ao Além.

Ela tinha certeza de que iria para o Inferno. Mas, como o capeta não veio buscá-la, resolveu tentar a sorte no Céu.

Já no portal, encontrou São Pedro com uma meia dúzia de assessores.

"Antes de entrar aqui, a senhora precisa passar por um julgamento", disse-lhe o guardião do Paraíso.

"Eu quero um advogado!"

"Não temos. Os advogados do tipo que a senhora precisa foram todos para o outro lado. A senhora vai ter de se defender sozinha."

"Está bem. Eu sei me virar!"

"Comecemos pela sua juventude. É verdade que a senhora foi guerrilheira?"

"Fui! Do Colina e da VAR-Palmares! E era líder! Pode perguntar lá embaixo que tem um montão de gente que confirma!"

"Eu não entendo. A senhora tem orgulho de ter sido terrorista?"

"No Brasil isso pega bem. Tem até um órgão do governo que paga indenizações."

"Consta aqui na sua ficha que a senhora se dedicava a tarefas que não têm nada que ver com uma guerra revolucionária. Roubar cofres, por exemplo."

"É, vai fazer o quê...? Nós expropriamos um que tinha nada menos que US\$ 2 milhões!"

"E o que vocês fizeram com o dinheiro?"

"Uma parte nós repartimos com os companheiros dos outros grupos."

"E o resto?"

"Não tinha resto. Era para as nossas despesas. Era eu mesma que cuidava do dinheiro."

"Bom, vamos passar adiante. A senhora ficou alguns anos presa, depois tratou de estudar."

"Eu me graduei, depois fiz o mestrado e o doutorado. Pode ler na minha página na internet."

"Tem gente que diz que a senhora não fez nem uma coisa nem outra..."

"Eu vou lhe dar a mesma resposta que dei para a imprensa: fiz o curso de mestrado, mas não o concluí. Depois eu voltei para a escola, a Unicamp, para fazer o doutorado. Também não me formei porque virei ministra..."

"A Unicamp informou que a senhora nunca se matriculou lá..."

"Isso é mentira!"

"Hum, trata-se de uma carreira bem peculiar... Aqui, na sua ficha, consta também que em 1989 a senhora foi nomeada diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre e foi demitida pelo presidente da Casa porque chegava tarde ao trabalho."

"Isso é mentira!"

"A senhora é conhecida como a mãe do PAC. E há quem diga que é, também, madrinha do apagão."

"Isso é mentira! Só porque eu fui ministra da área energética por alguns anos, eu sou agora responsabilizada por tudo!"

"Dizem que foi a senhora que formulou o atual modelo de energia."

"Isso é mentira! Quando eu assumi, todas as usinas hidrelétricas já estavam lá!"

"A que a senhora - que entende do assunto - atribui o apagão?"

"Vou-lhe dar a versão oficial do governo: eram três linhões. Acontece que caíram três raios ao mesmo tempo, um em cada um. Os três entraram em curto-circuito e deu no que deu."

"É uma visão, no mínimo, curiosa... No governo passado houve racionamento de energia porque as chuvas não vieram e os reservatórios de água das usinas hidrelétricas ficaram vazios. Vocês eram da oposição na época e exploraram eleitoralmente o fato. E agora?"

"O apagão do FHC se deu por incompetência. Já o nosso foi devido ao clima, conforme eu já expliquei..."

"Já sei, três raios caíram simultaneamente nas três linhas... E vai por aí fora. Há quem diga que houve sobrecarga do sistema e ele caiu..."

"Isso é mentira! Os raios caíram nos linhões e o assunto está encerrado. Não se fala mais nisso."

"Escute, para a senhora, tudo é mentira."

"Isso também é mentira!"

"Vamos mudar de assunto. A ex-secretária da Receita Federal depôs no Congresso afirmando, com todas as letras, que esteve em seu gabinete, no Palácio do Planalto, e que a senhora lhe pediu para aliviar a barra num processo..."

"Isso é mentira! Nunca estive com essa mulher!"

"Ela disse, recentemente, que tem como provar o que falou... Além do mais, o prédio é inteiramente monitorado. Basta procurar a gravação que a questão fica resolvida."

"Vamos encontrar uma versão conciliatória. Eu admito que a recebi no meu gabinete, mas foi para tratar de outros assuntos."

"Quais?"

"Não me lembro mais. Como canta o Roberto Carlos, "são tantas emoções..."

"Bom, dona Dilma, sinto muito, mas a senhora não preenche os requisitos mínimos para entrar no Céu. Eu não entendi porque Satanás não se dispôs a recebê-la. Aguarde um momento que eu vou telefonar para ele."

São Pedro saiu da sala, pegou o seu celular e ligou diretamente para o "coisa ruim".

"Oi, Lúcifer, porque é que você não foi receber a Dilma Rousseff?"

"Eu não quero nem saber dessa mulher!", explicou o príncipe das trevas. "Se ela vier para cá, em dois minutos vai estar mandando em todo mundo. Essa mulher tem cabelo na venta, é nervosa, irritadiça e impaciente. Estou fora!"

"E o que é que eu faço com ela?!", desesperou-se São Pedro.

"Eu sei que foge dos regulamentos, não deixe o Chefão saber disso, mas o que se pode fazer é pedir desculpas e devolvê-la para o Ministério do Lula. Os dois se entendem bem porque, no fundo, se merecem..."

João Mellão Neto, jornalista,

deputado estadual, foi deputado federal, secretário e ministro de Estado

E-mail: j.mellao@uol.com.br

Blog: www.blogdomellao.com.br

Setor é controlado pela Petrobrás, afirma OMC (O Estado de SP) 04/12/09

Relatório da OMC ressalta que estatal exige porcentual de peças locais na construção de plataformas

Jamil Chade, CORRESPONDENTE, GENEBRA

A Organização Mundial do Comércio (OMC) afirma que o setor de petróleo no Brasil, apesar de se dizer aberto, está controlado na prática pela Petrobrás e a empresa exige um porcentual de peças locais na construção de plataformas. A medida poderia ser considerada discriminatória, ainda que a OMC opte por não usar esses termos.

A avaliação do comportamento da empresa brasileira faz parte da revisão da política comercial do País, elaborada no primeiro semestre do ano pela entidade. O governo chegou a se queixar das referências à Petrobrás no documento.

A cada quatro anos, países emergentes são obrigados a passar por uma espécie de sabatina na OMC. A secretaria da entidade faz um relatório indicando cada um dos problemas e realidades do país avaliado. Não há condenação, mas o exercício acaba expondo o país e suas regras à comunidade internacional e eventuais casos de protecionismo. Uma condenação apenas ocorreria se um parceiro do Brasil abrisse um caso com queixa específica.

Na última versão sobre o Brasil, em maio, a OMC decidiu incluir avaliação sobre a Petrobrás. Segundo o relatório, exigem-se o uso de material e empresas locais na construção de plataformas de petróleo. "Em 2008, a Petrobrás anunciou que manteria a exigência de que entre 55% e 65% de conteúdo doméstico constaria da construção de novas plataformas."

O tema foi alvo de um diálogo entre a OMC e o governo brasileiro, que não gostou de ver explicitado à comunidade internacional as exigências de conteúdo nacional. Em casos envolvendo o setor de automóveis, o tribunal da OMC chegou a ser acionado para avaliar protestos americanos contra a exigência de conteúdo local na produção de veículos na China.

Outra constatação da OMC é de que empresas que queiram estabelecer refinarias ou unidades para estocar gás natural precisam de autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Os critérios seriam "econômicos, técnicos e legais".

Para importar produtos à base de petróleo, a OMC diz que o País continua a exigir autorização da ANP. Entre 2004 e 2007, 40 mil pedidos foram submetidos, 95% aprovados. Mas os importadores também são obrigados a se cadastrar. Em 2007, 80% das importações foram feitas pela própria Petrobrás.

A OMC ainda diz que, pela lei, o setor seria aberto a estrangeiros. Porém, tudo passa pela Petrobrás, que é quem estabelece o preço da gasolina. "Na prática, a empresa controlada pelo Estado Petrobrás tem uma posição dominante no setor, controlando virtualmente toda a capacidade de refinarias e sendo um elemento-chave no estabelecimento de preço da gasolina no mercado doméstico."

DESTAQUES

Relatório da OMC

"Em 2008, a Petrobrás anunciou que manteria a exigência de 55% a 65% de conteúdo doméstico na construção de novas plataformas"

"Na prática, a empresa controlada pelo Estado Petrobrás tem uma posição dominante no setor, controlando virtualmente toda a capacidade de refinarias e sendo um elemento-chave no estabelecimento de preço da gasolina no mercado doméstico"

Setor público: Participações minoritárias valem R\$ 800 milhões

São Paulo vai vender ações para reforçar investimentos (Valor Econômico) **04/12/09**

Josette Goulart

José Serra, governador de São Paulo: ações que serão vendidas pelo Estado são de cerca de 20 companhias. O governador de São Paulo, José Serra, vai promover um verdadeiro saldão das ações que o governo estadual possui, direta e indiretamente, em cerca de duas dezenas de empresas privadas. O valor de mercado destas participações alcança cerca de R\$ 800 milhões, segundo dados do fechamento do pregão de ontem da Bolsa de Valores. Todos os recursos levantados com a operação paulista vão ser usados para investimentos do governo estadual no próximo ano, que estão orçados em R\$ 20 bilhões.

Os R\$ 800 milhões correspondem a 0,9% da receita tributária do governo estadual no acumulado de 12 meses encerrados em outubro. Os recursos ajudam a reforçar o caixa do governo estadual, que sofreu com a queda de arrecadação neste ano. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, entre janeiro e outubro deste ano a arrecadação estadual caiu 4,2%, o equivalente a R\$ 3,1 bilhões.

O secretário-adjunto da Fazenda do Estado, George Tormim, diz que será contratada, por meio de licitação, uma instituição financeira que vai avaliar se esse é o momento de vender os papéis. Por enquanto, estão na lista as ações que pertencem à Fazenda estadual e à Companhia do Metropolitano de São Paulo. "Mas já informamos às outras empresas estatais sobre a operação e elas poderão também alienar ações que possuem em portfólio", explica Tormim.

O maior volume de recursos deve ser captado com a venda da participação na Companhia de Transmissão Paulista (Cteep). A secretaria e o Metrô possuem juntos 7,69% da empresa. Se esse percentual tivesse sido vendido no pregão de ontem da bolsa, o governo teria arrecadado só com esse negócio R\$ 600 milhões.

A Secretaria da Fazenda possui ainda ações de uma série de empresas de telefonia, mas em volume de ações e valor de mercado elas são ínfimas, se comparadas à participação na Cteep. O Metrô tem basicamente em seu portfólio ações do setor elétrico - a maior parte é resquício da privatização da antiga Cesp. A companhia foi totalmente fatiada e desse desmembramento surgiram a CPFL Energia, a Bandeirante (EDP Energias do Brasil), a Tietê e Eletropaulo (AES) e a própria Cteep e a Geração Paranapanema (Duke Energy).

As ações foram cedidas pelo governo do Estado para serem dadas como garantia em empréstimos do BNDES concedidos ao Metrô. Para alienar as ações, o governo terá que negociar com o BNDES a troca destas garantias. Juntos, os papéis do Metrô valiam ontem R\$ 326,73 milhões. Deste total, R\$ 112 milhões correspondem às ações que possui na Cteep. As ações da AES Tietê que pertencem à companhia valem R\$ 93 milhões. Em percentual, a participação mais relevante está na Duke Energy Geração Paranapanema, onde possui 2,2% das ações preferenciais, que correspondem a aproximadamente R\$ 44 milhões.

O edital de licitação para a contratação de instituição financeira foi publicado ontem e o pregão eletrônico foi marcado para o dia 18 de dezembro. A expectativa é que no início do próximo ano seja fechada a contratação e então o governo paulista poderá avaliar a venda ou não das participações.

No ano passado, o governo estadual teve frustrada sua tentativa de vender a Cesp. O leilão da companhia de geração elétrica estava marcado para março de 2008, mas fracassou depois que nenhum interessado depositou as garantias necessárias. O principal empecilho à venda foi a falta de definição quanto à renovação das concessões das usinas de Jupiá e Ilha Solteira, que vencem em 2015, e cuja renovação depende de modelo a ser definido pela União.

Ainda em 2008, porém, o governo paulista teve êxito na venda das ações da Nossa Caixa. Em contrato assinado em dezembro do ano passado, 71,25% do capital da Nossa Caixa, de propriedade do Estado de São Paulo, foi vendido ao Banco do Brasil por R\$ 5,386 bilhões. O valor passou a ser pago a partir de março, em 18 parcelas mensais.

Para Amir Khair, especialista em contas públicas e ex-secretário de Finanças do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina, então do PT, o governo estadual está aplicando uma política de venda de patrimônio, o que lhe permite acumular recursos. "É possível que essas alienações tenham justificativa técnica", diz. Talvez a manutenção dos ativos,

explica, não gere resultados ou não haja razões estratégicas para o governo estadual continuar com as participações das empresas.

"De qualquer forma, as alienações irão gerar um caixa adicional para o atual governo e provavelmente no mandato seguinte esse instrumento não poderá ser mais tão utilizado", avalia Khair. (Colaborou Marta Watanabe, de São Paulo)

De Olho na Bolsa:

Rali modesto traz foco em papéis defensivos (Valor Econômico) 04/12/09

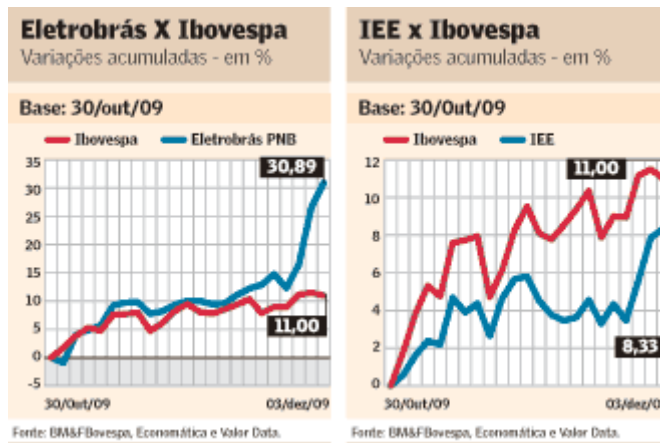
Daniele Camba

Todos os anos, os investidores esperam ansiosamente pelo tradicional rali de fim de ano, quando os mercados costumam ter uma valorização expressiva nas últimas semanas que antecedem o novo ano. Só que desta vez aumentaram as expectativas de que esse rali será bem mais magrinho, praticamente um minirrali. A explicação para essa quebra na tradição é a grande alta que os mercados já tiveram durante o resto do ano, sobrando pouco para o apagar das luzes. O Índice Bovespa, por exemplo, sobe 81,93% em 2009. Ontem, o índice caiu 0,44%, fechando aos 68.314 pontos. "Devemos ter um dia com alta, outro com queda, tendo no fim das contas uma valorização em dezembro, mas nada que seja significativo", diz o economista-chefe da corretora Ágora, Álvaro Bandeira.

Com esse cenário mais modesto, os investidores começam a sair de ações mais agressivas, migrando para papéis considerados mais defensivos, como os do setor de energia. Não é à toa que essas ações têm subido nos últimos pregões. Ontem, as preferenciais (PN, sem voto) série B da Celesc subiram 9,05%, já as PNBs da Eletrobrás se valorizaram 3,51% e as ordinárias (ON, com voto) da CPFL Energia, 2,94%. Empresas defensivas são aquelas que possuem resultados mais previsíveis, menor crescimento e cujos papéis sobem menos em momentos de alta, mas também caem menos quando o mercado fica azedo.

Bandeira lembra que esses papéis ficaram para trás no movimento de valorização da bolsa nos últimos meses, o que contribuiu para a recente alta. "Os investidores protegem suas carteiras de possíveis quedas do mercado e ainda se aproveitam da valorização desses ativos."





Os números mostram como as elétricas estavam atrasadas e passaram a mostrar um desempenho bem melhor recentemente. As PNBs da Eletrobrás registram no ano alta de 29,42%. Para se ter ideia, só do mês passado para cá, elas se valorizam 30,89%. Já as ON sobem 35,80% em 2009 e 33,76% de novembro até ontem.

Os papéis subiram não apenas por uma questão de fluxo. Os fundamentos também endossaram esse movimento. Na semana passada, o analista da Itaú Corretora Marcos Severine divulgou um relatório sobre Eletrobrás mostrando que existem motivos para os papéis se valorizarem. Ele lembra que, a Medida Provisória 466 sobre o setor, editada em junho, deve significar R\$ 2 bilhões a mais para os acionistas. Sem contar que a estatal vem adotando várias medidas importantes, como a capitalização de suas subsidiárias, o que pode significar o pagamento dos dividendos atrasados aos donos de ON. Por fim, a Eletrobrás vem mostrando melhoras operacionais interessantes. A estrategista de pessoa física da Itaú Corretora Cida Souza lembra que a recuperação econômica está puxando para cima o consumo de energia, tanto em termos residenciais quanto industriais.

Aluguel de ações

O aluguel de ações da Eletrobrás também potencializou a valorização, segundo apurou a repórter Josette Goulart. O papel ficou parado neste ano e, por isso, cresceu a posição vendida a descoberto no papel (vender sem possuir a ação). No último mês, com a alta do papel, os investidores correram para comprar as ações e cobrir suas posições, o que elevou ainda mais a alta do ativo. Os papéis se valorizaram também com as notícias de que a MP 466 vai beneficiar diretamente as empresas distribuidoras do grupo. Sem falar no anúncio de que as dívidas que as controladas têm com a Eletrobrás serão transformadas em capital e isso poderá influenciar os dividendos. O aumento de capital aprovado em todas as suas subsidiárias chega a R\$ 12 bilhões e a economia com custo das dívidas por estas empresas pode levar a dividendos da ordem de R\$ 30 bilhões nos próximos dez anos. Para se ter ideia do que estas empresas terão, só a Eletronorte, que há anos não tem lucro, possui hoje um custo anual de dívida de R\$ 1 bilhão.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Estudo: CARE-Eletric é a primeira companhia nacional a figurar em levantamento do World Economic Forum

Brasil entra em ranking global de inovação (Valor Econômico) 04/12/09

Cibelle Bouças, de São Paulo

Em um pequeno escritório do Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (Cietec), a CARE-Eletric, uma empresa incubada criada em 2007, desenvolveu uma turbina de geração de energia que reduz drasticamente os problemas ambientais causados pela instalação de usinas hidrelétricas. O sistema é baseado no princípio das rodas d'água. As turbinas são instaladas em pontos específicos do leito de um rio e geram energia a partir do fluxo natural das águas, sem a necessidade de instalação de barragens, como em uma usina convencional. "Funciona como uma roda d'água, mas debaixo da água", explica o gerente de gestão da empresa, Edson Abuchaim.

A CARE-Eletric é a primeira brasileira a figurar no ranking "Technology Pioneers", elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês). O levantamento foi feito a partir da análise de mais de 300 projetos de inovação realizados nos cinco continentes. Do total analisado, 26 projetos foram selecionados nas categorias de tecnologia da informação, biotecnologia e saúde, energia e proteção ambiental - nesse último, a empresa brasileira ocupou a quarta colocação.

O projeto da CARE-Eletric mostra que um rio com vazão de 12 metros cúbicos por segundo pode gerar de 150 quilowatt/hora (KW/h) a 1 megawatt/hora (MW/h). É possível instalar as turbinas em vários pontos do rio, elevando essa capacidade de geração, afirma Abuchaim. O custo de um conjunto de turbinas para geração de 1 MW/h é similar ao da construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH). Em compensação, a tecnologia dispensa a construção de barragens, o desvio do curso dos rios, a transferência da população ribeirinha, o transporte e a readaptação da fauna para outra região, entre outros problemas sócio-ambientais derivados da construção de usinas hidrelétricas. "O desafio é tentar baixar o custo de produção, mas acredito que com a produção em larga escala isso será possível", afirma o gerente.

A oferta de projetos com foco no desenvolvimento de tecnologias verdes cresceu significativamente nessa edição do levantamento, afirma o diretor do Technology Pioneers, Rodolfo Lara. Na média dos últimos dez anos, 62% dos projetos apresentados eram ligados à área de tecnologia da informação; outros 22% eram ligados às áreas de saúde e biotecnologia e 16%, ao segmento de energia e ambiente.

Na edição mais recente do estudo, 38% dos trabalhos apresentados eram de tecnologias "verdes". A preocupação com o aquecimento global exerceu uma influência significativa sobre os temas das pesquisas de inovação, diz Lara. "Podemos esperar que esse seja o tema mais importante adotado pelas empresas de inovação nos próximos anos, sobretudo com o aumento dos pacotes de estímulo à produção de tecnologia verde por governos e empresas privadas", afirma.

Lara cita um relatório global da Ernst & Young elaborado este ano sobre tecnologia limpa, no qual mais de 300 executivos de companhias com receita superior a US\$ 1 bilhão informaram que suas empresas estão investindo na adoção de tecnologias que reduzam os prejuízos ambientais. Esses executivos estimaram que as companhias gastarão pelo menos US\$ 10 milhões em 2010 na adoção de tecnologias limpas; 22% do total previram gastos superiores a US\$ 100 milhões. Entre as empresas citadas estão a BP, Chevron, ExxonMobil, Duke Energy, GE e Cisco Systems.

Outro ponto destacado por Lara no levantamento foi o aumento da participação de companhias de países emergentes. No ano passado, de 34 empresas selecionadas, 15 eram americanas e só havia uma representante da América do Sul e uma da Índia. Neste ano, 18 projetos foram criados nos Estados Unidos, um no Brasil, dois na Índia e um numa parceria entre África do Sul e Quênia.

Em relação ao total de projetos apresentados, 62% eram dos Estados Unidos, 26% da Europa, 7% da Ásia, 3% do Oriente Médio, 1% da África e 1% da América do Sul. Lara observa que, tradicionalmente, as empresas de inovação de países emergentes iniciam as pesquisas localmente mas, quando precisam se capitalizar ou ganhar projeção internacional, acabam optando por dar continuidade ao trabalho em países desenvolvidos.

Os Estados Unidos, pondera Lara, continuam tendo um lugar de muito destaque pelo acesso ao capital e à infraestrutura proporcionados pelo país, mas também por ser um grande mercado consumidor. "Mas à medida que países como Brasil, China e Índia desenvolvem suas políticas de inovação, haverá uma tendência de migração de capital investidor para esses países e a consequente permanência das empresas em seus países de origem. Acredito que o mercado de inovação será mais competitivo no futuro", avalia o diretor.

Um ponto positivo analisado por Lara foi o alto índice de sobrevivência das empresas de inovação, normalmente muito pequenas e jovens. De 450 empresas selecionadas nos rankings desde 2000, 83% sobreviveram. E do total, 79% continuam operando de forma independente. Os 21% restantes foram adquiridos ou se fundiram a outros grupos, mas as tecnologias continuaram em uso.

Educação corporativa se dissemina (Valor Econômico) 04/12/09

Do Rio de Janeiro

Cursos de qualificação, planos de carreira com cursos como requisito para progressão, MBA e MBE dentro e fora das empresas, workshops destinados a alavancar produtividade e vendas. E mais recentemente as "universidades" próprias. No universo em expansão da chamada "educação corporativa", cabe de tudo um pouco, mas as iniciativas não podem ser eventuais nem "independentes" da missão da empresa. É o que afirma a maior especialista brasileira no tema, Marisa Éboli, professora da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. "A educação nas empresas está deixando de ser modismo para ser ferramenta estratégica", diz Éboli.

A especialista fundamenta seu otimismo na mais recente pesquisa sobre o assunto, feita entre agosto e outubro deste ano e coordenada por ela. O estudo, patrocinado por Itaú-Unibanco, Santander, Eletrobras, Sebrae, Ambev e Nestlé, ouviu 54 grupos econômicos atuantes no Brasil, revelando dados de 24 setores da economia. Todas as empresas têm o que os especialistas chamam de "sistemas de educação corporativa" razoavelmente estruturados. Ou seja, organizações em que educar tornou-se tão parte da sua missão.

Outro fato é o crescimento da divisão de cursos ministrados dentro e para cada empresa, ou seja, feitos sob medida, da Fundação Getúlio Vargas. Com 522 clientes, o braço da tradicional instituição vem crescendo mais de 40% ao ano, segundo Gorete Paulo, diretora-adjunta do "FGV in company". Vale, Petrobras e Philips do Brasil estão entre as grandes empresas que incorporaram o conceito de educação corporativa.

A Philips tem um programa permanente de formação em sustentabilidade - mote do plano estratégico do grupo holandês para o mundo todo. Uma vertente desse programa, para lideranças, vem formando 300 agentes, entre gerentes, clientes e fornecedores. (A.C.C.)

Infraestrutura: Licença prévia deve estabelecer muitas condicionalidades

Parecer do Ibama listou 16 pendências em Belo Monte (Valor Econômico) **04/12/09**

Danilo Fariello

Leozildo Tabajara Benjamin: "Quem diz quando a licença vai sair é só o Ibama"

Ainda são 16 as pendências para a definição da licença prévia ambiental para a construção da usina de Belo Monte, com capacidade para 11,2 mil MW, no rio Xingu (PA). A obra faz parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e teve postergada sua data prevista para leilão, que seria em dezembro, por conta da falta da licença. Ontem, o ex-coordenador-geral de infraestrutura de energia elétrica, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, disse ao Valor que o parecer 114/09, que lista as complementações que devem ser feitas pelo empreendedor do projeto, a Eletrobrás, e pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), antes de o Ibama encerrar a análise, foi produzido no dia 23.

Entre as pendências da Eletrobrás, as mais controversas são a qualidade da água no curso do rio que ficará após a barragem - a chamada Volta Grande - e o sistema de saneamento básico em Altamira e Vitória, no Pará. Também faltam informações sobre o impacto da obra na biodiversidade local e no fluxo migratório de pessoas para a região.

Segundo a assessoria de imprensa da Eletrobrás, esses estudos ainda estão sob análise. O ICMBio tem, atualmente, uma equipe no Xingu para avaliar o impacto da obra em cavernas, sua única pendência no caso.

O novo diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Pedro Bignelli, espera que a Eletrobrás conclua as pendências até o fim da próxima semana, para, então, a autarquia poder liberar a licença prévia. Essa licença deve ser divulgada com uma série de condicionalidades, que ficariam a cargo do vencedor do leilão, para a redução de riscos socioambientais na região do Xingu.

Bignelli assumiu o posto nesta semana, substituindo Sebastião Custódio Pires, que pediu para deixar o cargo, como Benjamin, por conta das pressões sofridas para liberar o início das obras da usina rapidamente.

No centro dos conflitos políticos, Benjamin diz que "estourou". "Um ministro não pode dizer que a licença vai sair em determinada data. Quem diz quando a licença vai sair é só o Ibama." Ele se refere especificamente a declarações do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que apontou prazos para liberação da licença prévia da obra.

Benjamin, funcionário de carreira do Ibama com passagem por diversas superintendências regionais, diz que faltam funcionários para fazer todas as análises que chegam à entidade. Diz ainda que os técnicos - alguns em greve recentemente - ganham mal e que todos sofrem por correr o risco de serem incriminados por erros na análise. "Isso tem acontecido com muita frequência", diz. O fato ocorre porque, se o Ministério Público questiona o parecer ambiental, o processo legal corre citando o analista que a liberou.

Bignelli diz que, entre suas metas para reformulação de métodos de análise de licenciamento do Ibama, está, exatamente, a eliminação da possibilidade de que os técnicos possam responder juridicamente por suas avaliações. Outra medida é ter um acompanhamento jurídico mais próximo sobre todas as análises emitidas pelo Ibama.

Bignelli cita, ainda, que quer acelerar a reformulação da análise ambiental por região, em vez de ter de fazer um EIA para cada projeto. Isso agilizaria a expansão de empreendimentos, ou novas obras vizinhas a outros já licitados. Essa

meta já foi declarada pelo Ministério do Meio Ambiente. Essa é a mesma opinião de Benjamin: "Se há projetos por toda a bacia amazônica e precisamos gerar energia, por que não fazer uma avaliação ambiental integrada antecipadamente?"

Bignelli diz que não existe mais o mesmo nível de pressão na diretoria de licenciamento ambiental que levou à saída dos ex-colegas. Ainda assim, afirma lidar bem com pressões. "É uma questão de desafio." Antes de assumir a diretoria, Bignelli era superintendente no Mato Grosso, Estado que mais reduziu o índice de desmatamento recentemente. "Tive uma relação muito cordial com o governo Blairo Maggi."

Consumo de energia cresce com calor e recuperação industrial (Valor Econômico) 04/12/09

O forte calor e a recuperação da indústria fizeram com que o consumo de energia elétrica voltasse a subir em novembro, depois de ter caído em outubro, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) divulgados ontem. Em novembro, a carga de energia elétrica que circulou pelo sistema nacional foi 7,5% superior ao volume constatado em igual período do ano passado. Na comparação com outubro, o aumento chegou a 4,6%. No acumulado dos últimos 12 meses, porém, verifica-se queda de 0,5% sobre período anterior de 12 meses.

Segundo o Boletim de Carga Mensal do ONS, a fraca base de comparação foi um dos fatores que ocasionaram a forte alta em novembro. Foi exatamente em igual mês de 2008 que os primeiros efeitos da crise sobre o consumo de energia foram notados.

Além disso, a ocorrência de altas temperaturas no mês passado ajudou a elevar os consumos residencial e comercial. O ONS assinala também a incorporação de 400 MW (megawatts) médios por conta da interligação do sistema isolado Acre-Rondônia com o restante do país, que contribuiu com 0,8% da taxa de crescimento no mês.

A carga de energia é uma prévia do consumo de energia. O ONS mede o valor total que passa no sistema e não contabiliza as eventuais perdas de energia. Ao todo, a carga de energia elétrica calculada para o sistema em setembro totalizou 56.274 MW (megawatts) médios.

O sistema Sudeste/Centro-Oeste foi responsável por 34.978 MW médios da carga total, variação positiva de 9,7% na comparação com novembro do ano passado. Em relação a outubro, houve alta de 5,5%. Nos últimos 12 meses, verificou-se variação negativa de 1,1%. No Sul, o consumo de energia elétrica em novembro cresceu 7,3% em relação a igual período de 2008. Em relação a outubro, foi constatada alta de 6,5%. Nos últimos 12 meses, houve incremento de 0,8% no consumo de energia na região.

No Nordeste, os valores preliminares de carga em novembro indicam variação positiva de 2,9% em relação a igual período de 2008. Na comparação com outubro, houve acréscimo de 0,7%. O acumulado dos últimos 12 meses aponta crescimento de 0,8% em relação a igual período anterior.

Na região Norte, a carga de novembro foi 0,7% inferior ao volume verificado em igual mês no ano passado. Na comparação com outubro, os dados do ONS apontam para uma elevação de 1,3% no consumo de energia da região. No acumulado dos últimos 12 meses, verifica-se, porém, uma redução de 0,5%.

Petróleo: Grupo norueguês deve deixar o país após ser suspenso do cadastro de fornecedores da Petrobras

Engevix analisa compra da Aibel no Brasil (Valor Econômico) 04/12/09

Francisco Góes e Cláudia Schüffner, do Rio

A Engevix, empresa da área de engenharia, está negociando a compra de um concorrente de peso no segmento de petróleo no Brasil, a norueguesa Aibel Óleo e Gás. A Engevix iniciou um processo de auditoria (due diligence) na Aibel, interessada nas instalações que a multinacional tem em Macaé (RJ), principal polo de apoio à exploração de petróleo na Bacia de Campos. Se a transação for fechada, a empresa norueguesa deve deixar o país. Ainda não se sabe qual será o destino dos cerca de 1,1 mil funcionários da companhia.

As discussões começaram depois de a Aibel ter ficado sem perspectivas de negócios no país ao ser suspensa, em setembro, do cadastro de fornecedores da Petrobras por período de dois anos. A suspensão ocorreu ao mesmo tempo em que a empresa perdeu licitação para prestar serviços de engenharia para 39 plataformas de produção de petróleo e gás em operação. A multinacional apresentou, para parte das plataformas, preços R\$ 54,6 milhões menores do que os

concorrentes, incluindo a Engevix. Mas as ofertas da Aibel foram desclassificadas pela Petrobras, sem maiores explicações.

A Aibel tem em vigor contrato para serviços em plataformas da Petrobras que termina este mês. O Valor apurou que os noruegueses avaliaram entrar com ação na Justiça contra a estatal, mas optaram por vender os ativos e sair do país depois de quase dez anos de operações no mercado brasileiro. Controlada por investidores de "private equity", a Aibel está presente em dez países e tem forte atuação no Mar do Norte.

Depois de ser suspensa e ter as propostas da licitação desclassificadas, a Aibel tornou-se alvo de aquisição pela Engevix. No mercado, estima-se que os ativos da Aibel no mercado brasileiro podem chegar a cerca de R\$ 20 milhões, incluindo um terreno de 41 mil metros quadrados, galpões e áreas industriais em Macaé. A Aibel também discute com a Petrobras créditos relativos ao contrato em vigor para prestação de serviços em plataformas da estatal. Por outra parte, os débitos da empresa norueguesa no mercado brasileiro somariam cerca de R\$ 40 milhões, número que considera custos com dispensa de mão de obra e pagamentos em atraso a fornecedores.

Uma fonte do setor disse que, dependendo do rumo das negociações, a Engevix poderia comprar a Aibel por um valor simbólico. Procuradas, tanto Engevix quanto Aibel não comentaram a negociação. Existem cláusulas de confidencialidade que impedem as empresas de falarem sobre o assunto. A tentativa de compra da Aibel pela Engevix relaciona-se a um processo que começou no primeiro semestre. Em maio, a Petrobras convidou um grupo de empresas a apresentarem propostas para executar serviços de construção, modificação e montagens para 39 plataformas, a maioria delas em operação na Bacia de Campos. Juntos os contratos somam cerca de R\$ 2 bilhões para prestação dos serviços por um período de quatro anos.

A Aibel apresentou melhores preços para três dos cinco lotes nos quais as plataformas foram divididas (ficou em primeiro lugar nos lotes 1, 2 e 4). Os vencedores podiam ficar com até dois lotes cada um. Mas menos de um mês depois de abertas as propostas foi determinada a suspensão da empresa norueguesa do cadastro de fornecedores da Petrobras. Logo em seguida as propostas feitas pela Aibel foram desclassificadas. Assim, os segundos colocados nos lotes em que a Aibel havia feito a melhor oferta ficaram em primeiro lugar.

No lote 2, por exemplo, o primeiro colocado passou a ser a empresa PCP Engenharia e no lote 4, a Engevix. PCP e Engevix ficaram então com as melhores ofertas para quatro dos cinco lotes da licitação (no outro lote o primeiro colocado foi a empresa Imetame). Os quatro lotes representam contratos de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão para as duas empresas. PCP e Engevix entraram separadas na licitação, pois eram vedados os consórcios. Mas as duas empresas já formaram consórcio para prestar juntas serviços em plataformas da Petrobras. Procuradas, PCP e Engevix não se manifestaram.

A Aibel recorreu das decisões da estatal. Apresentou dois recursos: um à comissão de licitação, para tentar evitar que os segundos colocados nos lotes nos quais apresentou melhor proposta assinassem os contratos com a estatal, e outro à área de materiais da companhia, para ser incluída novamente no cadastro de fornecedores. Não foi atendida em nenhum deles. No recurso feito à comissão de licitação, a Aibel argumentou que as propostas apresentadas para os lotes 2 e 4 representariam economia para a Petrobras de R\$ 54,6 milhões em relação às ofertas dos segundos colocados.

A Petrobras não explicou as razões que a levaram a desqualificar uma proposta financeira mais vantajosa. Em nota, a estatal argumentou que "controles internos da Petrobras identificaram não conformidades administrativas na execução pela Aibel de um contrato vigente de construção e montagem industrial, que motivaram uma sanção contratual àquela empresa."

Segundo a estatal, a empresa norueguesa foi comunicada da suspensão cadastral por essas razões. A Aibel já havia argumentado à Petrobras que a decisão que fundamentou a desclassificação de suas propostas seria nula por "ausência de motivação suficiente". Esse desfecho e a falta de explicações da Petrobras podem ser um exemplo do que tende acontecer no mercado de prestação de serviços quando a estatal se tornar a única operadora dos campos do pré-sal, avaliam fontes do setor.

Prefeitos do Rio pressionam Cabral a defender sua fatia nos royalties (Valor Econômico) 04/12/09

Paola de Moura e Raquel Ulhôa

Eduardo Paes, prefeito da capital: "Não podemos aceitar a tunga"

Sem chances de vitória na batalha pelos royalties no Congresso Nacional, cinco prefeitos de municípios do Rio resolveram apelar para que o governador Sérgio Cabral interceda a seu favor junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sem fazer qualquer declaração sobre o assunto desde o último dia 25 quando Lula esteve ao Rio e afirmou que não iria permitir a votação do projeto até que um acordo fosse fechado, Cabral teria sido consultado sobre a possibilidade de reduzir de 26,25% para 12,25% a receita de royalties que será destinada aos municípios produtores de petróleo nas áreas já licitadas e não teria feito manifestação contrária. Os prefeitos preferem acreditar que ele não sabia a extensão das perdas. Mas, por via das dúvidas, resolveram provocar publicamente Cabral pedindo audiência para apresentar os números.

A possível redução no percentual de royalties pode causar uma queda na arrecadação de até US\$ 35 bilhões nos próximos 30 anos para os municípios fluminenses. Reunidos em Niterói ontem, o prefeito local, Jorge Roberto da Silveira, do Rio, Eduardo Paes; de Araruama, André Mônica; de Maricá, Washington Quaqué; e de Saquarema, Franciane Conceição Gago Motta, disseram que a redução atinge metade da população do Estado. "Nós abrimos mão das áreas não licitadas", explica Paes. "No entanto, já temos as estimativas para as áreas licitadas. Elas são direito adquirido", afirmou Paes.

Em coro, os cinco prefeitos explicaram que nem Cabral, nem a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef sabiam da extensão das perdas. "Eu liguei para o ministro Padilha e ele ficou surpreso quando falei de perdas", contou Eduardo Paes. Questionado se os ministros com quem ele tinha conversado não conseguiram fazer a simples conta de redução de 22,25% para 12,25%, Eduardo Paes desconversou e disse que preferia não fazer elucubrações.

Para se ter uma ideia do que Tupi pode gerar em receita, Maricá, o primeiro município a começar a receber royalties do pré-sal, teve um salto de 554% na receita da compensação fiscal de junho para julho, com crescimento de R\$ 416.316,62 para R\$ 2.723.394,66. O município é confrontante (está em frente) ao bloco BMS-11, de Tupi, e foi enquadrado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) como zona de produção principal. Em novembro, o pagamento já estava em R\$ 3.019.611,74.

Em 2010, Tupi será oficialmente um campo produtor de petróleo, quando for declarada a comercialidade, e acabar o teste de longa duração (TLD) que está sendo realizado na área. A produção subirá então de 14 mil barris por dia para algo em torno de 130 mil barris. Com isso, só a receita com royalties de Maricá subirá para cerca de R\$ 27 milhões, num município onde o orçamento é de R\$ 120 milhões.

Os prefeitos dizem que entenderam perfeitamente a necessidade de distribuir parte dos royalties dos campos não licitados. "Não somos egoístas", afirmou Quaqué. No entanto, não abrem mão do que já foi licitado "Não podemos aceitar a tunga", completa Paes. Segundo eles, o dinheiro é necessário para evitar que a chegada de uma indústria pesada e de um volume grande de mão de obra degrade as cidades. "O exemplo de Macaé está aí para todo mundo ver", conclui Quaqué.

Na segunda-feira Jorge Roberto Silveira se reunirá com o governador Cabral para apresentar o pedido e os dados. "Se não fizermos nada, teremos que responder também historicamente pela usurpação à população fluminense".

Num último esforço para tentar votar ainda neste ano o projeto de lei que define as regras do novo modelo de exploração do petróleo na área do pré-sal (sistema de partilha de produção), o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, está convocando os líderes partidários aliados na Câmara para uma reunião na segunda-feira. Vão discutir estratégias para mobilizar a base e vencer a obstrução da oposição.

Dois episódios preocuparam o governo. Primeiro, o fracasso da sessão de ontem do Congresso, na qual seriam examinados créditos adicionais ao Orçamento da União em favor de ministérios e empresas federais. Segundo, o fato de, na véspera, a discussão de uma medida provisória ter consumido 13 horas de sessão da Câmara. Nos dois casos, a oposição obstruiu os trabalhos e faltou motivação dos deputados da base.

Na sessão do Congresso, os governistas não tinham número suficiente para votar os pedidos de crédito e precisavam da oposição. Apesar dos apelos, a obstrução foi mantida e a sessão, encerrada sem votação. Na quarta-feira, a sessão da Câmara começou às 10h e, após muita manobra protelatória da oposição, somente depois das 23h foi concluída a MP que trata da capitalização da Caixa Econômica Federal.

Liderada pelo DEM, a oposição dificulta as votações como forma de pressão para que seja colocado em pauta o projeto que trata da política de reajuste do salário mínimo (com emenda que estende a regra às aposentadorias e pensões).

Parlamentares da base, por sua vez, se mostram desmotivados porque o governo descumpriu compromisso de liberar emendas individuais ao Orçamento da União.

DEM e PSDB têm interesse também em protelar as votações dos projetos do marco regulatório do pré-sal. Dos quatro enviados pelo governo ao Congresso, apenas um foi votado pela Câmara: o que cria a Petro-sal, empresa pública que vai gerenciar todos os contratos de exploração e produção de petróleo e de gás na área do pré-sal.

Restam o projeto que define as regras do novo modelo de exploração (partilha), o que autoriza a União a capitalizar a Petrobras por meio de cessão onerosa e o que cria o Fundo Social, para financiar programas e ações de desenvolvimento social e regional. Como há apenas duas semanas de trabalho até o fim do ano legislativo, governistas querem, ao menos, votar o projeto da partilha, considerado a espinha dorsal do marco regulatório do pré-sal.

What's News (Valor Econômico) 04/12/09

© 2009 Dow Jones & Company Inc.

A GE e a Comcast, ambas dos EUA, confirmaram ontem o acordo pelo qual a empresa de TV e cinema NBC Universal passará a ser controlada pela Comcast, uma operadora de TV a cabo. O negócio deve gerar cerca de US\$ 8 bilhões em caixa à GE, que pretende usar o dinheiro para investir na expansão de suas operações industriais.

O fundo soberano de Abu Dhabi deve ter em março de começar a comprar ações do Citigroup a US\$ 31,83, embora elas estejam na faixa de US\$ 4 em bolsa. Num acordo fechado em 2007, antes de o gigante bancário americano ser socorrido pelo governo, Abu Dhabi concordou em emprestar US\$ 7,5 bilhões ao Citi com uma cláusula de troca da dívida por ações a preço fixo a partir do ano que vem.

O BBBBVA, segundo maior banco espanhol, anunciou que decidiu pagar US\$ 1,5 bilhão para exercer uma opção de aumentar sua fatia no banco chinês Citic de 10% para 15%. Segundo o BBVA, a meta é tirar proveito do fluxo comercial crescente entre a Ásia e a América Latina, onde tem forte presença. Segundo o BBVA, a balança comercial entre as duas regiões cresceu dez vezes desde 2000, chegando a US\$ 143 bilhões em 2008.

O Bank of America deu mais detalhes ontem sobre seu complexo plano para captar os recursos necessários que o permitirão devolver os US\$ 45 bilhões recebidos do programa Tarp, do governo americano, em troca de ações preferenciais. O banco quer captar US\$ 18,8 bilhões para complementar os recursos que já tem, mas tudo depende dos acionistas, que terão de engolir uma diluição do capital da empresa se votarem contra a operação.

O governo chinês aumentou a pressão para que a indústria nacional diminua o excesso de capacidade siderúrgica e anunciou que deve fechar este ano as usinas que produzirem 16 milhões de toneladas anuais ou menos. Segundo o governo, o país tem capacidade para produzir 660 milhões de toneladas por ano, 200 milhões a mais que a demanda doméstica.

As medidas chinesas para estimular a economia durante a fase aguda da crise geraram uma bolha imobiliária em cidades como Pequim, Shenzhen, Xangai e outras, disse Wang Shi, fundador e presidente do conselho da maior incorporadora do país, a China Vanke. Ele acrescentou que no nível nacional a situação ainda está sobre controle.

A Shell confirmou que abandonou as negociações com as estatais Sinopec e Kuwait Petroleum para construir uma refinaria de US\$ 9 bilhões e 300.000 barris diários na região chinesa do Cantão.

A Shell atribuiu a decisão a "considerações estratégicas".

A GM e a chinesa SAIC devem anunciar hoje uma joint venture para produzir carros de passeio que a GM já fabrica na Índia, disseram pessoas a par da situação. A cooperação permitirá à GM usar o farto capital da estatal chinesa para se expandir no promissor mercado indiano, enquanto a SAIC ganhará expertise para operar internacionalmente.

A Samsung informou que abriu um processo contra a Sharp na justiça americana, acusando a fabricante japonesa de eletrônicos de roubar suas patentes de telas de cristal líquido. Uma porta-voz da Sharp disse que a empresa não foi notificada do processo e não quis comentar.

Regional

A Casino, varejista francesa sócia do Pão de Açúcar, informou que sua fatia na rede colombiana Almacenes Éxito vai cair de 61,2% para 54,8% depois que a Éxito realizar um aumento de capital e renegociar opções de venda relacionadas à compra dos 22,5% que ainda não tem dta varejista local Carulla Vivero.

A Cteep, distribuidora paulista de energia, da qual a colombiana Isa tem 37,5%, informou que o governo de São Paulo vai vender 7,7% de seu capital a investidores.

A fatia é avaliada em R\$ 590 milhões (US\$ 347 milhões).

A Oi informou que inicia no dia 16 o road show para potenciais investidores na sua emissão de R\$ 2,25 bilhões em debêntures não conversíveis.

Michele Bachelet, presidente do Chile, deve indicar o substituto de Jorge Desormeaux no comando do banco central depois da eleição presidencial do dia 13, disse uma pessoa a par da questão. Desormeaux está chegando ao fim do mandato e quer voltar ao setor privado, acrescentou a pessoa.

A Enel, energética italiana, anunciou um acordo com a firma alemã SoWiTec para ter acesso exclusivo a até 1.000 megawatts em projetos de energiarenovável que ela está desenvolvendo no México.

O IGBCBC, índice de ações colombianas, subiu 1,2% ontem e bateu o recorde de 2007, graças, dizem analistas, à forte liquidez e a uma onda de bons resultados.

Grupo RAC tem dois jornalistas premiados (Correio Popular) 04/12/09

Profissionais venceram categorias Mídia Impressa e Fotojornalismo
Da Agência Anhanguera

Os jornalistas do Grupo RAC Fábio Gallacci (repórter) e Estevam Scuoteguazza (repórter-fotográfico) venceram as categorias Mídia Impressa e Fotojornalismo da 12 edição do Prêmio Feac de Jornalismo, promovido pela Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Fundação Feac) e a CPFL Energia. Gallacci também faturou o Grande Prêmio Fundação Feac-CPFL de Jornalismo 2009. A premiação ocorreu ontem à noite no Espaço Cultural da CPFL Energia, no bairro Fazenda Santa Cândida, região Norte de Campinas.

O repórter venceu a premiação com a série de reportagens intitulada Realidade Nota Zero, que mostrou a situação de escolas públicas localizadas na periferia. Em um dos casos abordados na série, Gallacci trouxe a público a precariedade de uma escola localizada no Jardim Satélite Íris 2. “A escola estava totalmente degradada, vítima do vandalismo e da ação de criminosos do local. Com a nossa reportagem, conseguimos denunciar a situação e, o melhor, contorná-la com a ajuda da sociedade, que se mobilizou e transformou a escola”, disse.

Scuoteguazza conquistou o prêmio com a foto feita para uma reportagem que falava sobre o uso de bebidas alcoólicas nas escolas. “A direção da escola não nos deixou entrar. Foi aí que vi uma figura parecida com uma caveira desenhada na parede e, ao fundo, um corredor e dois alunos. Com isso, tentei mostrar que o uso de bebidas alcoólicas pode levar ao fim do túnel e à morte”, disse. Os jornalistas ganharam prêmios em dinheiro — R\$ 7,5 mil pelas duas premiações para Gallacci e R\$ 3,5 mil para Scuoteguazza.

Ainda do Grupo RAC, concorreram na categoria Mídia Impressa as repórteres Patrícia Azevedo e Carolina Cunha, e o repórter-fotográfico Carlos Bassan.

Na modalidade Cinegrafista, foi premiado o profissional César Augusto Rovere, da TV Band Campinas. Na categoria House Organ, a repórter premiada foi Ana Carolina Silveira, da Revista Folhas. O jornalista Sérgio Rodrigues, da Rádio Central, foi o selecionado na categoria Rádio.

Na modalidade Televisão, a vencedora foi a repórter da EPTV Central Hebe Rios. O jornalista e escritor José Pedro Martins ganhou o Troféu Feac-D’Paschoal Jornalista Solidário, pelo conjunta da sua obra, que inclui reportagens e livros.

Embolso de lucro impera após dados nos EUA e Bovespa cai (Estadão Online 19:04) 03/12/09

ALUÍSIO ALVES - REUTERS

SÃO PAULO - Dados desencontrados da economia dos Estados Unidos impuseram volatilidade à Bovespa, que fechou o dia no vermelho, pressionada pelas blue chips Vale e Petrobras, além das empresas financeiras.

Depois de ter chegado a superar os 69 mil pontos pelo segundo dia seguido, o Ibovespa perdeu força, fechando em baixa de 0,44 por cento, aos 68.314 pontos, perto da mínima do dia. O giro financeiro da sessão foi de 6,57 bilhões de reais.

O mercado teve um comportamento pendular. Primeiro celebrou a queda nos pedidos de seguro-desemprego nos EUA e a decisão do Bank of America de pagar o empréstimo tomado em meio à crise. Depois torceu o nariz para a piora no setor de serviços e de um relatório sobre vendas no varejo norte-americano.

"Com os índices de ações perto das máximas no ano, o investidor aproveita qualquer notícia menos positiva para realizar lucro", disse André Querne, sócio da Rio Gestão de Recursos.

A virada para baixo nos preços das commodities também gerou uma pressão indireta, ao pesar sobre as blue chips domésticas ligadas a matérias-primas. O papel preferencial da Vale cedeu 0,5 por cento, a 42,30 reais, enquanto a da Petrobras recuou 0,3 por cento, para 39,30 reais.

As empresas de meios eletrônicos de pagamento foram os destaques negativos do dia, após representantes do Banco Central e da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça terem defendido a adoção de mecanismos que permitam aos consumidores ter descontos nas compras com pagamento à vista.

Redecard tombou 3,9 por cento, a 26,05 reais. Fora do índice, Cielo (ex-VisaNet) caiu 5,8 por cento, para 15,50 reais.

No mesmo bloco, BM&FBovespa tombou 1,5 por cento, a 12,04 reais. De pouco adiantou o relatório da Link Corretora reiterando recomendação de compra para as ações da companhia.

Ainda, **Cteep (Transmissão Paulista)** perdeu 2,2 por cento, para 49,90 reais, depois de o governo paulista ter informado que pretende se desfazer de ações representativas de 7,69 por cento do capital da companhia.

Mas no conjunto, o setor elétrico foi, mais uma vez, o que mais contribuiu com pontos positivos para o Ibovespa, com destaque para Eletrobrás, cuja ação preferencial subiu 3,5 por cento, a 29,45 reais, em meio a expectativas de reorganização societária na companhia.

Contribuinte não tem direito de creditar ICMS sobre aquisição de energia (CanalEnergia) 03/12/09

Entendimento foi firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça ao negar provimento ao recurso especial de uma rede de supermercados
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O contribuinte não possui direito de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços quando este for pago em razão de operações de consumo de energia ou de utilização de serviços de comunicação ou ainda de aquisição de bens destinados ao ativo fixo e de materiais de uso e consumo no período em que esteve vigente o Convênio ICMS 66/88, antes da edição da Lei Complementar n. 87/96. Este foi mais um entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao negar provimento ao recurso especial da rede de supermercados Carrefour pelo rito da Lei dos Recursos Repetitivos (n. 11.672/08).

O Carrefour recorreu ao STJ contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES) que entendeu não ser possível aproveitar o crédito do ICMS incidente sobre bens destinados ao uso ou consumo do estabelecimento, bem como sobre aqueles que integram o ativo fixo da empresa. O supermercado alegava que a energia utilizada para a comercialização de seus produtos não podia ser confundida com aquela utilizada para o uso ou consumo.

Para o relator do processo, o ministro Luiz Fux, anteriormente à vigência da Lei Complementar n. 87/96 e sob os efeitos do Convênio ICMS 66/88, o contribuinte não tem o direito de creditar o imposto incidente sobre a aquisição de energia consumida nas áreas comerciais do estabelecimento em dezembro de 1994. Por se tratar de "recurso representativo da controvérsia", este entendimento será aplicado a todos os demais processos com tema semelhante que venham a ser analisados posteriormente.

CPI das Tarifas de Energia recomenda nova licitação para concessões do setor (CanalEnergia) 03/12/09

Comissão quer ainda criação de conselho para fiscalizar agências reguladoras federais
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O relatório da CPI das Tarifas de Energia aprovado na última segunda-feira, 30 de novembro, vai além das tarifas e do pedido de investigação dos dirigentes da Aneel; ele faz recomendações sobre as concessões, tributação e controle das agências reguladoras. Sobre a renovação das concessões do setor elétrico, que acontecem por volta de 2015, os deputados pedem a reversão dos ativos para a União e nova licitação.

Para eles, "a opção pela licitação das concessões caracteriza-se como importante oportunidade para uma cuidadosa avaliação dos atuais contratos de concessão" da área de distribuição. Isso, segundo relatório, iria "garantir que problemas como a falta de neutralidade da Parcela A não mais se repitam". O relator da CPI, deputado Alexandre Santos (PP-RJ), argumenta que os consumidores "suportaram o ônus dos investimentos setoriais realizados".

Por isso, esse patrimônio constituído é um bem público dos cidadãos e empresas brasileiras, "não podendo ser aviltado por decisões políticas tomadas sem a devida ponderação a cerca de suas consequências", afirma o relator.

O relator também recomenda uma alteração no projeto da lei das Agências Reguladoras. A CPI propõe que seja criado um Conselho das Agências Reguladoras Federais, que controlaria a atuação dos órgãos, podendo rever suas determinações. "A proposta visa ampliar os mecanismos de controle social e de prestação de contas", frisa o relatório.

O conselho seria formado por dois membros indicados pela Câmara dos Deputados; dois pelo Senado; dois pelo poder executivo; e três indicados por órgãos de defesa do consumidor, nomeados pelo Congresso. Isso pode comprometer a independência do trabalho das agências, que contariam ainda com um Ouvidor para auditar as determinações das diretorias colegiadas.

Em relação ao peso de encargos e tributos no valor da tarifa de energia, os deputados da CPI foram econômicos. Eles pedem que, em 30 dias, a Aneel e o Ministério de Minas e Energia elaborem estudo sobre o crescimento do ônus suportado pelos consumidores de energia elétrica em decorrência dos encargos. O documento deverá conter proposta para reduzir o peso dos encargos. A CPI também recomenda a unificação das alíquotas de ICMS no país.

"A equalização das alíquotas entre os estados busca dar racionalidade e simplificação ao sistema e tem o potencial de reduzir as tarifas e aumentar a competitividade ao construir um ambiente institucional favorável ao crescimento", observa o relatório.

Celesc PNB fecha em alta de 9,05% (CanalEnergia) 03/12/09

Transmissão Paulista PN encerra em queda de 2,15%. IEE termina em alta de 0,43%, aos 23.927 pontos
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Celesc PNB fechou em alta de 9,05% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 3 de dezembro. O setor elétrico registrou outros resultados positivos com a Eletrobrás PNB (3,51%) e a CPFL Energia ON (2,94%). A Transmissão Paulista PN encerrou em queda de 2,15%, acompanhada pela MPX Energia ON (-1,69%). O Índice de Energia Elétrica terminou em alta de 0,43%, aos 23.927 pontos, enquanto o Ibovespa atingiu os 68.316 pontos, com baixa de 0,44%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,96%
AES Tietê PN: -0,72%
Celesc PNB: 9,05%
Cemig PN: 0,18%
Cesp PNB: -1,55%
Coelce PNA: -1,61%
Copel PNB: -0,14%
CPFL Energia ON: 2,94%
Eletrobrás PNB: 3,51%
Energias do Brasil ON: 1,53%

Equatorial ON: -1,56%
Light ON: -1,13%
MPX Energia ON: -1,69%
Tractebel ON: 0,18%
Terna Participações UNT: -0,05%
Transmissão Paulista PN: -2,15%

Especialistas afirmam no Senado que blecaute foi causado por raios e chuvas fortes (CanalEnergia) 03/12/09

Fenômenos climáticos provocaram curtos-circuitos simultâneos, causando o apagão em 17 estados do país e no Distrito Federal

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

Especialistas que participaram de audiência pública promovida pelas comissões de Serviços e Infraestrutura e de Assuntos Econômicos do Senado afirmaram que o blecaute de 10 de novembro foi causado por raios e chuvas fortes, que atingiram a usina de Itaipu entre as cidades de Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP). Os fenômenos climáticos provocaram curtos-circuitos simultâneos em várias outras regiões, causando blecaute em 17 estados do país e no Distrito Federal.

O diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas, Cesar Ribeiro Zani, disse não haver dúvida de que o apagão foi causado pelas descargas atmosféricas e fortes chuvas, que reduziram a capacidade de atuação dos isoladores de Itaipu. A mesma constatação foi feita pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe), Gilberto Câmara. Ele explicou que o Inpe não detectou raios de grande intensidade para justificar, isoladamente, o apagão. No entanto, esses raios, associados às fortes chuvas, podem sim ter sido a causa dos curto-circuitos.

Na opinião do consultor e diretor da Expertise e Orçamento em Energia Eficiente, Cyro Vicente Boccuzzi, as tecnologias existentes atualmente têm se mostrado insuficientes para atender às necessidades da sociedade moderna, que atingiu, segundo explicou, um grau de dependência do serviço elétrico "absolutamente incompatível com a tecnologia atual". As informações são da Agência Senado.

Aneel apresenta análise de contribuições a aditivo de contrato de distribuidoras (CanalEnergia) 03/12/09

Agência recebeu 15 sugestões durante audiência pública, encerrada dia 27 de novembro

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica apresentará na próxima segunda-feira, 7 de dezembro, a análise das contribuições à minuta do aditivo ao contrato de concessão das 63 distribuidoras, que esteve em audiência pública entre os dias 6 e 27 de novembro. De acordo com a Aneel, o objetivo é o aperfeiçoamento da metodologia do cálculo tarifário, de modo que os contratos mantenham a neutralidade da Parcela A. Ao todo, a agência recebeu 15 contribuições desde clientes e associações até entidades de defesa do consumidor. A reunião está prevista para as 15 horas na sede da Aneel, em Brasília (DF).

Ricardo Pigatto, da APMPE: O custo da intransigência (CanalEnergia) 03/12/09

Não é, nem deveria ser, papel de governos diminuir o lucro de empreendedores a ponto de inviabilizar a implantação de infraestrutura fundamental para o desenvolvimento sustentável, como são as PCHs

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Artigos e Entrevistas

Há mais de dois anos vimos tentando demonstrar que comprar a energia gerada por PCHs no ambiente regulado, ou seja, para os consumidores cativos, é e será bem mais barata do que a energia gerada pelas usinas termoeletricas (com qualquer combustível que queiram comparar). Isto porque o custo de uma térmica despachada é 70% a 200% mais caro que o despacho de uma PCH. Ok. Mas se quiserem usar o argumento de que elas (as térmicas) serão usadas de vez em quando e, portanto, seu custo/benefício é melhor que o despacho constante das PCHs, é bom fazer uma correlação do A-3 de 2005 cujo ICB do leilão foi de R\$ 138/MWh e o resultado real em 2008 foi de R\$ 258/MWh. Salvo o ano de 2009 (que choveu mais do que 60% da média) os próximos anos demonstrarão que os despacho das térmicas serão mais freqüentes e, portanto, a energia do consumidor cativo cada vez mais cara.

A AIE (Agencia Internacional de Energia) divulgou recentemente que as fontes renováveis não serão construídas rápidas o suficiente para acompanhar o ritmo da demanda global até 2030 (Bloomberg – Valor Econômico – 20/11/2009) e, portanto, as fontes de geração de energia elétrica com combustíveis fósseis serão muito utilizadas neste período. E o Brasil não fugirá a esta regra.

Fala-se muito em volatilidade da tarifa de energia elétrica. Isso era conversa de “mercado livre”. Era! Agora é conversa de mercado regulado, de consumidor cativo. Como o custo dos combustíveis é totalmente repassado ao Consumidor através do ESS (Encargo de Serviços do Sistema) e o despacho das térmicas pode ser feito fora da ordem de mérito do custo sob pretexto de “reservar” água nos reservatórios, o consumidor cativo (industrial/comercial/residencial) que se sentia protegido das variações bruscas dos custos de energia, definitivamente não está mais. Por incrível que pareça, a garantia de suprimento e custos gerenciáveis agora estão no mercado livre.

Enquanto isso se desenvolve (e o futuro será implacável conosco, consumidores cativos), existem mais de 2.000 MW de potência de PCHs, algo em torno de 1.200 MW médios com licenças ambientais/autorizações da Aneel esperando contratos de compra de energia que viabilizem seus empreendimentos. Se utilizarmos os números de 2008, a economia seria de mais de R\$1,1 bilhão por ano. Mas esta economia pode ser ainda maior. Dependerá de quanto tempo de despacho e qual combustível será utilizado nas térmicas.

Como está “sobrando” energia neste final de 2009 e em 2010 poderá “sobrar”, fica a falsa visão de que o futuro será como agora, com muita chuva, reservatórios cheios e consumo estável. Isso é apostar no improvável, até porque o Brasil precisa crescer e São Pedro poderá estar ocupado com outros países.

Neste cenário digno de uma “second life” é que nem se cogita de fazer um leilão específico de PCHs com valor justo de viabilização dos empreendimentos, e continua a aposta que alguém aparecerá vendendo a energia de sua PCH nos leilões A-3 ou A-5 a R\$ 144/MWh. Só que ninguém vai até o fim dos leilões.

Não é, nem deveria ser, papel de governos diminuir o lucro de empreendedores a ponto de inviabilizar a implantação de infraestrutura fundamental para o desenvolvimento sustentável, como são as PCHs.

O papel dos governos sábios e competentes é diminuir o custo de energia dos consumidores, viabilizando a energia mais barata e limpa, no lugar de térmicas caras e poluentes.

E lá na frente, quando se constatar que deveriam ter sido tomadas providências em 2009 ou 2010 para não pagarmos o real custo das térmicas a partir de 2013/2014, quem será o culpado? Óbvio: São Pedro.

Já conhecemos esse discurso. A história se repete. Lamentavelmente.

Mas ainda há tempo!

Ricardo Pigatto é presidente da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Empresas de Energia Elétrica

Presidente do Ibama está desconfortável no cargo, afirma ex-ministra do MMA (CanalEnergia) 03/12/09

Ex-ministra do MMA disse ainda ter tomado conhecimento que o diretor de licenciamento do órgão, Sebastião Custódio Pires, iria pedir demissão por não querer assinar o documento
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou ter tido conhecimento de que o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Roberto Messias, estaria se sentindo “muito desconfortável” no cargo diante das pressões para liberação rápida da licença da hidrelétrica de Belo Monte (PA-11.233 MW). Em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, Marina disse também ter tomado conhecimento que o diretor de licenciamento do órgão, Sebastião Custódio Pires, iria pedir demissão por não querer assinar o documento.

Marina Silva disse que não se elaborou em Belo Monte um plano de desenvolvimento sustentável na área de abrangência do empreendimento, como desejável. Especialistas que também participaram da audiência apontaram omissões no estudo. Francisco Del Moral Hernandez, coordenador do painel dos especialistas, que produziu a “Análise crítica do impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte”, apresentou uma série de críticas ao EIA, questionando inclusive a viabilidade da obra. As críticas baseiam-se especialmente na perspectiva de que a hidrelétrica provocará danos ao meio ambiente e afetará o modo de vida das pessoas que ocupam a região.

Segundo Hernandez, o processo de licenciamento de Belo Monte tem sido atribulado e a obra provocará significativas alterações no modo de vida das populações ribeirinhas. Além disso, afirmou, as condições de navegação do rio Xingu e de manutenção da biodiversidade não estão garantidas no EIA, assim como a segurança hídrica e alimentar da população da região. O procurador da República em Altamira, Rodrigo Timóteo Costa e Silva, disse que não houve um diálogo mais profundo com as populações indígenas diretamente atingidas pela usina e que há uma pressão do governo federal para a realização de um licenciamento ambiental rápido do projeto.

Nesta quinta-feira, 3 de dezembro, o presidente do Ibama, Roberto Messias, ouviu as considerações de sete representantes da ONG Movimento Xingu Vivo sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Dentre as preocupações dos representantes estavam a redução da vazão do Xingu na Volta Grande, a diminuição dos peixes, a questão da Malária e do transporte. Com informações da Agência Senado.

Governo de São Paulo prepara venda de ações da Cteep (CanalEnergia) 03/12/09

Estado detém 11.591.604 ações preferenciais da companhia, o que corresponde a 7,69% do capital social
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O governo de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Fazenda, pretende vender as participações minoritárias que detém, direta ou indiretamente, em empresas privadas, dentre as quais, a Cteep. O estado detém 11.591.604 ações preferenciais da Cteep, das quais 2,253 milhões pertencentes à Companhia do Metropolitano de São Paulo e 9,339 milhões pertencentes à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Essas ações, de acordo com a Cteep, correspondem a 7,69% do capital social da companhia. Para realizar a operação, a Secretaria de Fazenda publicou aviso de licitação, sob a modalidade pregão eletrônico, para a contratação de instituição autorizada a negociar no segmento de ações, para assessorá-la na definição e implementação de uma estratégia de venda das participações.

Reservatórios do Sul atingem 98% do volume armazenado (CanalEnergia) 03/12/09

Índice está 79,7% acima da curva de aversão ao risco. Passo Real opera com 93,67% da capacidade, segundo ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Passo Real opera com 95,49% da capacidade de armazenamento, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última quarta-feira, 2 de dezembro. Os reservatórios do Sul atingem 98% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios atingem 49,7% do volume acumulado, mantendo-se estáveis. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 32% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram alta de 0,1%, atingindo 67,7% do volume. O índice está 45,5% acima da curva de aversão ao risco. As usinas Furnas e Capivara operam com 82,50% e 88,82%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 98%, com alta de 0,2%. O índice está 79,7% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Passo Real trabalha com 95,49% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 61,2% do volume acumulado, com baixa de 0,2%. O índice está 41,6% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 64,04% da capacidade.

Grupo Eletrobrás investe menos da metade do orçamento até outubro (CanalEnergia) 03/12/09

Empresas da holding aplicaram R\$ 3,570 bilhões nos 10 primeiros meses do ano
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O Grupo Eletrobrás investiu R\$ 3,570 bilhões nos 10 primeiros meses do ano, segundo o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Isso significa 49,3% da previsão de R\$ 7,243 bilhões para 2009. Com isso, a empresa deve repetir

o desempenho dos outros anos, ficando na casa dos R\$ 5 bilhões efetivamente aplicados. No quinto bimestre do ano, a empresa aplicou R\$ 794,826 milhões.

Furnas é a empresa do Sistema Eletrobrás com maior desembolso absoluto. No ano, foram investidos R\$ 1,110 bilhão do orçamento de R\$ 1,6 bilhão. O montante equivale a 69,4% do previsto. Por outro lado, a Eletrosul já aplicou 77,9% do orçamento de R\$ 526,3 milhões, totalizando R\$ 409,902 milhões. Os investimentos da Eletronuclear chegaram a R\$ 370,098 milhões até outubro, o equivalente a um terço dos R\$ 1,117 bilhão previsto. Os aportes da empresa foram prejudicados pelo atraso do início das obras da usina nuclear de Angra 3 (RJ-1.350 MW).

A Eletronorte acumula aportes de R\$ 321,562 milhões de janeiro a outubro, o que significa 53,6% dos R\$ 600 milhões orçados para este ano. Já a Chesf aplicou 51,4% do R\$ 1 bilhão previsto para este ano, ou R\$ 514,026 milhões. Por sua vez, a CGTEE alcançou uma execução de 58% do orçamento de R\$ 593,854 milhões, somando R\$ 344,224 milhões até outubro.

Distribuidoras - As distribuidoras do grupo Eletrobrás registram uma execução orçamentária de no máximo um terço do previsto para este ano. A Amazonas Distribuidora (AM), com o maior orçamento, aplicou R\$ 183,449 milhões até outubro, ou seja, apenas 26,8% dos R\$ 583,816 milhões programados. A Eletroacre (AC) empregou R\$ 45,521 milhões dos R\$ 131,931 milhões orçados para este ano, ou 34,5%.

A Ceal (AL) aplicou R\$ 79,241 milhões em 10 meses, o equivalente a R\$ 34,9% dos R\$ 131,931 milhões do orçamento. O investimento da Cepisa (PI), no período, ficou em R\$ 89,893 milhões dos R\$ 339,196 milhões. A Ceron (RO) aplicou R\$ 48,317 milhões dos R\$ 249,847 milhões ou 19,3% do total. A Boa Vista Energia (RR) desembolsou apenas R\$ 6,302 milhões até outubro, ou 28,1% dos R\$ 22,431 milhões previstos.

Petrobras - A Petrobras aplicou R\$ 33,642 bilhões de janeiro a outubro deste ano, o equivalente a 76,4% dos R\$ 44 bilhões previstos para 2009. Com isso, as estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia investiram 51,651 bilhões dos R\$ 73,380 bilhões esperados para todo o ano, ou 70,4% do previsto. As estatais federais totalizam aplicação de R\$ 53,627 bilhões, 67,1% dos R\$ 79,9 bilhões programados.

Transmissão Paulista PN opera em queda de 2,06% (CanalEnergia) 03/12/09

IEE alcança os 23.890 pontos com alta de 0,28% assim como Ibovespa, que chegou aos 69.184 pontos e registrou alta de 0,83%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Transmissão Paulista PN opera em queda de 2,06% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 3 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Coelce PNA (-1,20%), acompanhada da MPX Energia ON (-0,61). A CPFL Energia ON opera em alta de 2,33%, acompanhada pela Celesc PNB (2,19%) e Equatorial ON (1,33%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.890 pontos com alta de 0,28% assim como Ibovespa, que chegou aos 69.184 pontos e registrou alta de 0,83%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,24%

AES Tietê PN: -0,10%

Celesc PNB: 2,19%

Cemig PN: 0,59%

Cesp PNB: 0,64%

Coelce PNA: -1,20%

Copel PNB: 0,45%

CPFL Energia ON: 2,33%

Eletrobrás PNB: -0,18%

Energias do Brasil ON: 0,21%

Equatorial ON: 1,33%

Light ON: 0,04%

MPX Energia ON: -0,61%

Tractebel ON: 0,14%

Terna Part UNT: -0,05%

Transmissão Paulista PN: -2,06%

SIN apresenta crescimento de 7,5% na carga de novembro (CanalEnergia) 03/12/09

Retomada da produção industrial, altas temperaturas e integração de Acre e Rondônia influenciaram o desempenho Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O Sistema Interligado Nacional apresentou forte crescimento, de 7,5%, na carga de novembro, que atingiu 56.274 MW médios, em relação ao mesmo mês anterior. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico, o resultado consolida a retomada do crescimento da produção industrial. Além disso, a ocorrência de temperaturas acima da média para essa época do ano influenciou o consumo das classes comercial e residencial.

Adicionalmente, houve a incorporação de 400 MW médios ao SIN com a interligação do sistema isolado Acre-Rondônia, que contribuiu com 0,8% na taxa de crescimento do mês. No acumulado dos últimos 12 meses, o Sistema ainda apresenta variação negativa de 0,5%. O Subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentou a maior variação do Sistema. A carga aumentou 9,7% no último mês na comparação com novembro de 2008. Em 12 meses, o subsistema também apresenta variação negativa de 1,1%. Os mesmos fatores que influenciaram o SIN também contribuíram no SE/CO.

O subsistema Sul verificou variação positiva de 7,3% na carga do mês de novembro em comparação a igual mês anterior, de acordo com o ONS. Em um ano, o crescimento da carga é de 0,8%. O Nordeste apresentou crescimento de 2,9% na carga no mês de novembro e de 0,8% em 12 meses. O subsistema Norte foi o único a verificar redução em novembro, quando comparado ao mesmo mês anterior. Na região, a carga caiu 0,7% devido ao consumo inferior dos eletrointensivos, que participam com 52% da carga do Norte. Em 12 meses, a queda é de 0,5%.

MP/SP propõe que concessionárias projetem valor da Parcela A por 12 meses (CanalEnergia) 03/12/09

Conselho de Consumidores da Cemig sugere que todos os encargos setoriais sejam cobrados fora da tarifa como acontece com PIS-Cofins
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Ministério Público do Estado de São Paulo propôs que sejam adotados meios, por parte das concessionárias e sob supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica, para que as distribuidoras possam projetar custos não gerenciáveis, a chamada Parcela A, para o período de 12 meses - o mesmo do reajuste tarifário. Assim, segundo o MP, pode-se aplicar um reajuste condizente com as necessidades de custos das concessionárias. A contribuição foi apresentada durante período da audiência pública 043/2009, encerrada na última sexta-feira, 27 de novembro.

Para o MP/SP, existe a necessidade de se ter por referência não apenas os custos relativos ao período anterior ao reajuste, mas também de se projetar os mesmos custos para o período futuro, de acordo com as situações de mercado, "para assim, empregar-se um reajuste que consiga abarcá-los devidamente, considerando a remuneração do concessionário bem como o repasse na qualidade do serviço para os consumidores", afirma o órgão.

Além disso, o MP/SP acredita haver a necessidade de as concessionárias adotarem mecanismos de projeção de demanda de energia a ser verificada no período seguinte, tal como efetuado na metodologia de revisão tarifária. Dessa forma, segundo o ministério, a implantação das tarifas deve levar em consideração o período posterior para o qual se pretende aplicar o reajuste e não na remuneração do período anterior. "Deve-se computar para efeito de cálculo o aumento da demanda, ou seja, o número de consumidores que passa a receber o serviço prestado a cada período, o que deve permitir a redução dos custos, que serão melhor e maior partilhados. Isso tudo com vistas à atenção ao princípio da modicidade tarifária", completa o texto.

Já o Conselho de Consumidores da Cemig, que também encaminhou propostas à audiência pública, sugere que sejam retirados da Parcela A todos os encargos setoriais. "Tais encargos continuariam sendo cobrados pelas concessionárias, mas estariam fora da tarifa, a exemplo do que já ocorre com o PIS-Cofins", propõe o conselho. Segundo eles, isso evitaria problemas relativos à neutralidade da Parcela A e daria maior transparência ao que realmente é cobrado dos consumidores em termos de encargos e tributos.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia, porém, lembrou que qualquer mudança no contrato de concessão só pode acontecer de modo bilateral, voluntário e consensual, vedada a sua alteração unilateral pela Administração Pública. No entanto, a Abradee afirmou sua intenção de continuar a atuar como interlocutora permanente do Poder Concedente na construção de instrumentos consensuais, desde que preservada as condições econômico-financeiras dos respectivos contratos.

Aprovada transferência de concessões de transmissão da Afluente GT (CanalEnergia) 03/12/09

Processo faz parte de reestruturação societária da empresa, com a segregação de suas atividades em empresas distintas

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou na última terça-feira, 1º de dezembro, a transferência das concessões de transmissão, por conta da cisão parcial da Afluente GT, com a versão dos ativos de transmissão e passivos a eles vinculados para a Afluente Transmissão. De acordo com o diretor relator do processo, Romeu Donizete Rufino, as áreas técnicas concluíram a adequação do processo, alegando idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal. Apesar disso, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Aneel considerou a necessidade de um novo contrato de concessão para viabilizar a desverticalização de geração e transmissão.

O processo consiste na reestruturação societária da Afluente GT, com a segregação de suas atividades em empresas distintas, sobre o comando do mesmo acionista controlador e nas mesmas proporções atuais. Em julho, foram aprovados os contratos de concessão a serem celebrados com a Afluente GT, por conta da segregação de atividades da Coelba (BA). Pelo fato de que a outorga de transmissão será celebrada com uma nova empresa, o contrato de concessão de transmissão será adequado à razão social da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Petrobras vai construir Instituto de Petróleo, Gás e Energia, em Santa Catarina (CanalEnergia) 03/12/09

Empreendimento vai enfatizar projetos de P&D, prestação de serviços especializados e formação de recursos humanos
Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A Petrobras vai construir um Instituto de Petróleo, Gás e Energia, em Santa Catarina. Denominada Inpetro, a unidade contará com uma área de nove mil metros quadrados e vai enfatizar projetos de pesquisa e desenvolvimento, prestação de serviços especializados e formação de recursos humanos. Construído em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, o instituto abrigará laboratórios subdivididos em leves e pesados, de acordo com possibilidade de movimentação de equipamentos de grande porte. Segundo a Petrobras, o início da construção do empreendimento está previsto para janeiro de 2010 e terá duração de nove meses.

Abar poderá ter duas novas Câmaras Técnicas (CanalEnergia) 03/12/09

Criação de CTs de Ouvidoria e Contabilidade Regulatória será discutida na próxima reunião da associação, prevista para próxima semana

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Associação Brasileira de Agências de Regulação poderá ter duas novas Câmaras Técnicas (CT): a de Ouvidoria e a de Contabilidade Regulatória. O debate sobre a criação das CTs foi aprofundado nas Assembleias realizadas no último dia 27, que trataram também de mudanças na Abar e sobre o planejamento para 2010.

Antes das assembleias foi realizada uma palestra do especialista Tadeu Cendon, da PriceWaterHouseCoopers, sobre a tendência internacional de unificação de princípios contábeis, já em debate também no Brasil. Na liderança dessas normas no Brasil estão o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A preocupação de representantes de agências federais, estaduais e municipais, segundo a Abar, refere-se a implicações da incorporação dessas normas contábeis em questões como indenizações de concessionárias ou receitas de direitos (intangíveis) não mobilizáveis de empresas.

O presidente da Abar, Wanderlino Teixeira, lembrou das dificuldades de resolver aspectos como o desequilíbrio econômico-financeiro de concessionárias que não arguíram o desequilíbrio (antes do fim do contrato) com reajustes de tarifa. "Tais questões apontam para a necessidade de um debate maior sobre as implicações das mudanças contábeis em setores que tiveram grandes investimentos no passado, como saneamento. Daí pode ser que a Abar tenha uma Câmara Técnica de Contabilidade Regulatória", disse. O assunto será tratado na próxima reunião da associação, prevista para ser realizada na próxima segunda-feira, 7 de dezembro, em Belo Horizonte.

Sulgipe sofre alterações em resultado da segunda revisão tarifária (CanalEnergia) 03/12/09

Componente Xe do Fator X cai de 1,91% para 0,37%. Investimentos para 2009-2012 dobram e chegam a R\$ 20,838 milhões

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica alterou na última terça-feira, 2 de dezembro, o componente Xe do Fator X e o valor do investimento no período 2009-2012 da segunda revisão tarifária periódica da Sulgipe (SE). De acordo com a Aneel, a decisão segue aprimoramentos metodológicos estabelecidos pela resolução 338/2008. Com a mudança, o índice foi reduzido de 1,91% para 0,37%.

O novo valor de investimentos da distribuidora nos próximos três anos aumentou de R\$ 10,464 milhões para R\$ 20,838 milhões. O diretor-relator do processo, Romeu Donizete Rufino, ressaltou que o acréscimo nos investimentos se justifica pela necessidade de reposição dos ativos existentes.

SINDICAL

Trabalhadores da Tecsis, em Sorocaba (SP), conquistam 7% de reajuste (CUT Nacional) 04/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba

Os trabalhadores da Tecsis conquistaram, esta semana, um reajuste de 7% referente à campanha salarial dos metalúrgicos.

A proposta foi negociada com o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, mas a empresa, para tentar negar a participação sindical nessa conquista, não aguardou a aprovação dos trabalhadores em assembleias.

A direção do Sindicato, no entanto, esclarece que o mais importante é que a reivindicação foi atendida: os trabalhadores da Tecsis tiveram 7% de reajuste, retroativos a setembro.

O Sindicato orienta aos trabalhadores da Tecsis a continuarem denunciando quaisquer irregularidades, inclusive sobre o reajuste, à entidade de classe que os representa: o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região.

"Com o apoio dos trabalhadores e a ação sindical, nas negociações, nas portas de fábricas e na Justiça, acreditamos que logo a empresa vai ser obrigada a respeitar os companheiros como metalúrgicos que sempre foram", afirma Adilson Faustino, o Carpinha.

Farra do panetone (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por CUT-DF

CUT-DF protocola pedido de impeachment de Arruda

Cutistas organizaram mobilização Assim como outros segmentos da sociedade civil, a CUT-DF protocolou, nesta quarta-feira (2), um pedido de impeachment do governador José Roberto Arruda e seu vice, Paulo Octávio.

Entre as acusações, os representantes do poder Executivo do Distrito Federal são suspeitos de corrupção ativa e passiva e crime de responsabilidade. No pedido de impeachment da Central, ainda é exigido que Arruda e Paulo Octávio ressarçam o dinheiro desviado do Tesouro Público do Distrito Federal. "Entendemos que as denúncias são gravíssimas e, por isso, a sociedade civil não pode somente assistir, mas lutar pela justiça e pela dignidade do Distrito Federal", afirmou a presidente da CUT-DF, Rejane Pitanga.

Além da CUT-DF, mais cinco pedidos de impeachment foram protocolados na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Arruda disse que propina era para comprar panetone Pressão popular agiliza demanda da CLDF

Centenas de pessoas de diversas tendências políticas, movimentos social e estudantil, centrais sindicais e sindicatos marcaram esse dia 2 de dezembro. Mobilizados em frente à CLDF, os manifestantes, das formas mais inusitadas, pediram o impeachment do governador local José Roberto Arruda e seu vice, Paulo Octávio, além da cassação de todos os parlamentares envolvidos no esquema de arrecadação e distribuição ilícita de dinheiro público.

A CUT-DF e seus sindicatos filiados também marcaram presença. Além de apitos, camisetas e cartazes com a frase “fora Arruda”, os manifestantes realizaram um velório simbólico do governador do DF com direito à marcha fúnebre e uma oração parodiando a imagem veiculada nas TVs dos deputados Leonardo Prudente (DEM), Brunelli (PSC) e do ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, agradecendo à Deus o dinheiro vindo dos cofres públicos.

A ação rendeu resultados positivos. Após ocupar o plenário da Casa, os manifestantes garantiram que seis parlamentares fizessem a leitura dos pedidos protocolados na CLDF. A bancada do PT, composta pelos deputados Paulo Tadeu, Chico Leite, Érica Kokay e Cabo Patrício (presidente interino da Casa), além de Reguffe (PDT) e Jacqueline Roriz (PMN) garantiram o quorum mínimo para abertura de uma sessão extraordinária.

Depois da leitura dos processos, os pedidos de impeachment seguirão para a Procuradoria da Casa, que terá 24 horas para dar um parecer. Depois disso, vão para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) onde, se tiverem três dos cinco votos, vão a plenário. Para que os pedidos sejam aprovados no plenário, é necessário que 13 dos 24 parlamentares acatem a reivindicação.

Ainda nesta quinta-feira (3), às 15h, será realizada a eleição do Corregedor.

Reunião na OAB

Na manhã desta quarta-feira, representantes da CUT-DF se reuniram com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, e a presidente da OAB-DF, Estefânia Viveiros. A ação marcou o apoio da Central ao processo de abertura de impeachment da Ordem contra Arruda e Paulo Octávio. “A OAB sempre esteve presente em todas as lutas sociais e, por isso, espero que não seja diferente no caso do governo Arruda”, disse a presidente da CUT-DF.

“Para termos um Brasil melhor é preciso tratar a política como uma coisa séria. Não se concretiza sonhos quando a política é comprada”, discursou Britto. Segundo ele, a Ordem mostrará que a política deve “ser feita com ética, cumprindo todos os princípios estabelecidos”.

A iniciativa da Ordem foi tomada na última segunda-feira (30/11) em reunião entre a OAB-DF e a Nacional. A medida ainda será examinada nesta quinta-feira (3/12) em sessão do conselho da OAB-DF. De acordo com a Ordem, Arruda pode ser alvo de impeachment por violação do crime de responsabilidade.

Rumo à Cúpula Sindical de Montevidéu (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Mariano Vázquez

Adolfo Aguirre: “Temos de nos mobilizar politicamente para lograr a integração dos povos”

Adolfo Aguirre (CCSCS) A uma semana do início do encontro mais importante para as organizações sindicais do Sul da América, o secretário de Relações Internacionais da CTA (Central de Trabajadores da Argentina) e dirigente da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), Adolfo Aguirre, fala dos desafios para 2010, a necessidade de fortalecer a integração dos povos e a luta por uma justa distribuição da riqueza.

No dia 7 de dezembro acontecerá no Uruguai a Cúpula Sindical do Cone Sul. Quais suas expectativas ante este encontro onde a CTA assume pela primeira vez a secretaria geral da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul?

Nossas expectativas são as melhores. Estamos preparando uma delegação importante de dirigentes da CTA de todo o país para participar desta Cúpula, que terá como objetivo o fortalecimento da integração por uma justa distribuição da riqueza. Este é o lema que definimos na última plenária da Coordenadora e que aponta para a busca do máximo da potencialidade que tem o sindicalismo do cone Sul.

Que nível de representação terá a Cúpula?

O máximo. A presença é de primeiro nível, onde estarão os presidentes da maioria das 13 centrais que integram a Coordenadora, entre eles nosso secretário-geral Hugo Yasky. E também o secretário de Política Econômica e

Desenvolvimento Sustentável da CSA Rafael Freire e os presidentes das Federações Internacionais de Trabalhadores. Há uma consciência coletiva de que necessitamos construir novos acordos do sindicalismo, não somente para refletir sobre os caminhos, como estamos fazendo, mas para definir até onde vamos para nos mobilizar politicamente em uma integração que não seja de mercados, mas dos povos.

Qual a agenda do encontro?

A agenda da Cúpula inicia nos dias 5 e 6 de dezembro (sábado e domingo) com um seminário de Seguridade Social desde a perspectiva de gênero e os desafios do trabalho doméstico para a organização sindical; com o Encontro sindical de Jovens do Cone Sul e a Reunião do Grupo de Integração Hemisférica da Confederação Sindical das Américas (CSA). Na terça-feira, dia 8, será a apresentação da Comissão de Justiça e o relançamento da Comissão de Direitos Humanos. Na segunda-feira, dia 7, haverá dois painéis e o debate em plenário. Um deles abordará a realidade política e social que temos no Sul da América; o segundo painel será sobre os desafios e prioridades do sindicalismo para 2010. A ideia é: mais que dizer o que incomoda, é assumir a construção de uma rota para gravitar politicamente em todos os campos: com os Presidentes da região, em estratégia institucional, em materializar as normativas e os direitos fundamentais da OIT. O sindicalismo tem uns quinze eixos temáticos de desenvolvimento sustentável, como energia, modelo de desenvolvimento produtivo, mudanças climáticas, direitos humanos, justiça, são campos temáticos que podemos nos mover muito bem porque temos muita experiência acumulada. Sabemos o que não queremos, o desafio é como nos estruturamos com todo este saber que tem o sindicalismo, o que queremos e como se faz. Uma estratégia institucional que inclua legislações, acordos, propostas.

Estas cúpulas sempre são realizadas de forma paralela a dos Presidentes do Mercosul. Que tipo de vínculos busca a Coordenadora nesta nova etapa que se inicia com a secretaria-geral em mãos da CTA?

Estamos numa mudança de ciclo para ver se podemos nos mover do possível ao necessário, debatendo como se constrói o programa para isso. É importantíssimo o fato de que José Mujica seja o novo presidente do Uruguai e um dia antes da Cúpula vamos ter a notícia e vamos aplaudir com muita alegria o triunfo de Evo Morales na Bolívia. São dois ícones que podem expressar linhas de transformação, quer dizer, sair do possível. Um ciclo para aprofundar transformações tanto nos âmbitos do Estado e da Sociedade, como em legislações que saiam dos moldes colocados pelos organismos internacionais. Por exemplo, a legislação pela que avançou a Bolívia é de tirar o chapéu e aprender dela, porque se converteu em política de Estado. A transformação é luta e precisamos de um sindicalismo que esteja a esta altura.

E qual é a luta central?

Para lograr igualdade, temos que lutar contra a concentração. Politicamente, pelo voto popular se pode alcançar planos sonhados, como tem demonstrado a América Latina. Também precisamos mostrar a cara em 2010, quando a Presidência Protempore será da Argentina e do Brasil no Mercosul, com o objetivo de chegar a um acordo de associação União Europeia-Mercosul. É importante para a CTA e para a região, porque se pretende impulsionar um tratado de livre comércio onde nós trabalhadores estaríamos em inferioridade de condições em relação aos europeus e onde se beneficiariam alguns setores do comércio. Durante a presidência da Espanha na União Europeia em 2010, é quando se pretende materializar este TLC que faz 10 anos nos pretendem impor. Em Honduras foi truncado um projeto popular e em eleições ilegais, avalizadas pelos Estados Unidos, estão pretendendo livrar a cara dos que em 28 de junho deram um Golpe de Estado e expulsaram o presidente constitucional Manuel Zelaya.

Como reagir a este dado negativo para o processo de transformação latino-americano?

O sindicalismo do mundo interino repudiou o golpe de Estado em Honduras e por isso celebramos a carta que a CSI (Confederação Sindical Internacional) enviou à secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, repudiando o aval às eleições ilegais em Honduras e exigindo que desconheça o resultado eleitoral de um governo golpista. A Cúpula seguirá na mesma linha, e as ações devem seguir pressionando a nossos governos para que desconheçam o governo que surja destas eleições. Se isso não ocorrer, a OEA passará a ser uma anedota e todos os avanços que se fizeram desde o fim da Guerra Fria seriam uma burla total porque um grupo de empresários de San Pedro Sula, con sócios norte-americanos, decidiram tirar sarro do mundo. Unasul, Mercosul, Pacto Andino, devem desconhecer este governo fraudulento.

Setor de mineração (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Edmilson Freitas – Informes

Trabalhadores denunciam imprudência e omissão das mineradoras brasileiras

Trabalhadores e representantes dos sindicatos dos mineradores do País denunciaram nesta quarta-feira (2) irregularidades e abusos cometidos por empresas mineradoras em várias regiões do País. De acordo com trabalhadores, a falta de equipamentos de segurança, de qualificação dos servidores e a ausência de engenheiros nas minas têm resultado na morte de dezenas de operários todos os anos.

As denúncias foram feitas durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDHM).

"Não existe acidente na mineração mas, sim, crimes resultantes da imprudência das empresas que ignoram as normas de segurança e não fornecem os equipamentos adequados para os trabalhadores", denunciou o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral de São Paulo, João Trevizan Neto. Outra irregularidade apresentada por Trevizan no setor é a falta de fiscalização das minas. Segundo ele, além de existirem poucos fiscais do Ministério de Minas e Energia para a atividade, alguns deles são subornados pelos donos das mineradoras.

Presente na audiência, o Diretor de Fiscalização Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, Walter Lins Arcoverde, admitiu dificuldades para fiscalizar a atividade e confirmou as irregularidades denunciadas pelos trabalhadores. "Não podemos mais conviver com esse grande número de acidentes e mortes na extração mineral. Sabemos das irregularidades nos garimpos mas não temos braços para fiscalizar todas as mineradoras", afirmou. Segundo dados apresentados pelos trabalhadores, no ano passado, foram registradas mais de 40 mortes no setor. Este ano, informações preliminares dão conta de 16 mortes devido a acidentes.

Controle - Autor do requerimento para a audiência, o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, adiantou que a comissão deverá elaborar um relatório sugerindo ao governo que estabeleça mecanismos de controle sobre a mineração. "Recebemos várias denúncias sobre ausência de equipamentos de segurança, trabalho infantil, informalidade dos trabalhadores, degradação do meio ambiente, violação dos direitos humanos, entre outras. Isso revela que a mineração precisa de um controle. Vamos elaborar um relatório para pedir aos governos Federal e estadual providências no sentido de reverter essa situação", disse Luiz Couto.

O parlamentar informou ainda que a comissão vai propor a realização de um seminário, com a presença dos trabalhadores, empresários do setor e representantes do governo, para discutir a questão. "Precisamos encontrar uma saída para acabar com essas violações", disse.

O deputado Pedro Wilson (PT-GO) acredita que as irregularidades poderão ser solucionadas com a ampliação da fiscalização. "O governo precisa ampliar a fiscalização e investir na educação e na informação desses trabalhadores. Os trabalhadores precisam conhecer os seus direitos, a jornada de trabalho, as normas de segurança e a necessidade de formalização", disse. Ele atentou ainda para o problema da terceirização na mineração. Segundo o parlamentar, essa prática tem crescido no ramo e reduzido salários, levando insegurança para os trabalhadores, que perdem o vínculo com a mineradora.

Capacitação - A Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração, Maria José Gazzi Salum, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, informou que o setor desenvolve várias atividades de capacitação dos trabalhadores da mineração. No entanto, o maior desafio, disse, é convencer os trabalhadores, que muitas vezes estão organizados em cooperativas, a seguirem as normas de segurança. "Estamos trabalhando na capacitação desses trabalhadores, mas é um processo complexo, porque temos que promover uma mudança cultural na vida dessas pessoas", afirmou.

Mais uma de Taxab (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Apesar dos protestos, aumento de 45% de Kassab para IPTU é aprovado; saiba quais vereadores votaram a favor

A Câmara de São Paulo aprovou na noite dessa terça-feira 1º o projeto de lei do prefeito Gilberto Kassab (DEM) que aumenta em até 45% o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para 2010. A proposta inicial elevaria o tributo em até 60%, valor que diminuiu após uma série de protestos da sociedade, principalmente dos bancários que tomaram a galeria da Câmara para acompanhar a votação. Como o aumento continua abusivo e penalizando os mais pobres, a bancada do PT anunciou que vai ingressar com uma medida judicial para impedir a sanção do projeto de lei.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Luiz Cláudio Marcolino, apesar da queda no valor da trava, que agora limita em 45% o reajuste dos imóveis comerciais e em 30% para os residenciais, a proposta do prefeito continua ruim. "Os valores permanecem elevados, principalmente para os mais pobres e para a classe média.

Os imóveis de maior valor terão os menores reajustes, penalizando justamente o trabalhador, que vai ver os aumentos reais conquistados nos últimos anos sendo consumidos pelo IPTU”, explica. Marcolino ressalta que o trabalhador pagará duas vezes pelo reajuste: no IPTU da sua residência e no do comércio, que acaba repassando o aumento para os preços.

Aumento abusivo – Durante a votação, o líder do DEM na Câmara, Carlos Apolinário, defendeu a proposta do prefeito e disse que Kassab ouviu o clamor da sociedade e que, “sensível” aos pedidos, reduziu os valores da trava do reajuste do IPTU. A pose de bom moço do prefeito, no entanto, não durou um minuto, já que o líder do PCdoB, Jamil Murad, assumiu a tribuna e destrinchou o projeto. “O substitutivo mantém 95% do projeto original, que penaliza os bairros periféricos. Perdizes vai ter até redução do IPTU, enquanto Santana, Santo Amaro, Vila Prudente vão ter aumentos abusivos”.

Para Marcolino, a redução que Kassab fez na trava é perfumaria e o impacto será o mesmo para o cidadão. “O que não ficou esclarecido na imprensa é que a trava vale só para este ano. No ano que vem o Kassab pode reajustar o IPTU de acordo com os novos valores da planta genérica. Ou seja, o que ele não aumentou este ano virá nos próximos”, diz o presidente do Sindicato.

Protesto – Os bancários iniciaram a tarde desta terça-feira na porta da Câmara, com um protesto bem humorado contra o aumento do IPTU. Logo em seguida, os manifestantes entraram na galeria do plenário para acompanhar de perto a votação. Quem defendia o aumento era vaiado, enquanto os contrários eram aplaudidos. Na hora da votação, os bancários deram as costas para o plenário como forma de repúdio. Apesar da pressão, o placar final ficou em 39 votos a favor do aumento, 15 contra e nenhuma abstenção.

“Agora vamos denunciar para toda a sociedade de que lado estão os vereadores. Vamos divulgar a lista de votação para que todos vejam quem é quem”, disse Marcolino. A lista completa de votação será publicada nesta quarta-feira no site do Sindicato, que também está preparando um jornal específico sobre o reajuste do IPTU.

Ao lado de Kassab pelo aumento do IPTU e contra o povo de São Paulo

Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adolfo Quintas (PSDB)
Agnaldo Timoteo (PR)
Antonio Goulart (PMDB)
Atílio Francisco (PRB)
Aurélio Miguel (PR)
Carlos Apolinário (DEM)
Carlos Alberto Bezerra Junior (PSDB)
Cláudio Roberto de Souza (PSDB)
Cláudio Fonseca (PPS)
Dalton Silvano (PSDB)
Domingos Dissei (DEM)
Eliseu Gabriel (PSB)
Floriano Pesaro (PSDB)
Gilson Barreto (PSDB)
Jooji Hato (PMDB)
José Olímpio (PP)
José Police Neto (PSDB)
Juscelino Gadelha (PSDB)
Mara Gabrielli (PSDB)
Marcelo Aguiar (PSC)
Marco Aurélio Cunha (DEM)
Marta Costa (DEM)
Milton Ferreira (PPS)
Milton Leite (DEM)
Gilberto Natalini (PSDB)
Noemi Nonato (PSB)
Paulo Frange (PTB)
José Luiz Penna (PV)
Quito Formiga (PR)
Ricardo Teixeira (PSDB)

Roberto Trípoli (PV)
Sandra Tadeu (DEM)
Souza Santos (PSDB)
Toninho Paiva (PR)
Ushitaro Kamia (DEM)
Wadih Mutran (PP)

Contra o aumento do IPTU e a favor do povo de São Paulo

Alfredinho (PT)
Antonio Donato (PT)
Arselino Tatto (PT)
Celso Jatene (PTB)
Chico Macena (PT)
Cláudio Prado (PDT)
Francisco Chagas (PT)
Gabriel Chalita (PSB)
Ítalo Cardoso (PT)
Jamil Murad (PCdoB)
João Antônio (PT)
José Américo (PT)
José Ferreira (Zelão – PT)
Juliana Cardoso (PT)
Senival Moura (PT)

Até dia 10 de dezembro (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Secom CUT

Universidade Global (GLU) abre inscrições para sindicalistas em curso de curta duração na Alemanha

A Central Única dos Trabalhadores, por meio da Secretaria Nacional de Formação, indicará sindicalistas e assessores sindicais para a seleção do curso denominado ENGAGE – Knowledge for Labour (ENGAGE : Empowerment and Capacity Building Network for Global Labour Activists and Trade Union Officials on Global Economic Policies), que será realizado na Alemanha, na língua inglesa e tem duração de seis meses – 01 de abril a 30 de setembro de 2010.

A primeira fase ocorrerá em Berlim e a segunda em Kassel, com oito semanas de estágio. Haverá Bolsas de Estudo para participantes do Brasil, da Índia e da África do Sul por seis meses, incluindo estágio.

O prazo final para recebimento de candidaturas é 10 de dezembro de 2009.

Requisitos para admissão:

- Ter concluído ensino superior em qualquer área (em casos excepcionais, outras experiências de aprendizagem poderão ser aceitas)
- Ser sindicalista (tempo integral ou como voluntário) ou tem outras formas de atividade no movimento sindical
- Ter pelo menos três anos de atuação na área (Trabalho, sindicalismo, direitos trabalhistas, etc.)
- Ser ou vir a ser responsável por políticas em uma organização sindical, ou que trate de questões relacionadas aos trabalhadores
- Necessita desenvolver novas habilidades nos assuntos relacionados ao tema Trabalho
- Estar motivado para transmitir os conhecimentos adquiridos para outras pessoas
- Ter bom desempenho na língua inglesa, sendo capaz de exprimir-se por escrito e disposto a participar ativamente do curso.

Sobre o inglês:

- O candidato deve obter uma avaliação de no mínimo 500 pontos no TOEFL (paper test); ou comprovar que seu curso de bacharelado foi ministrado em inglês.
- Um curso de linguagem em inglês acadêmico e Alemão básico será oferecido pelo ENGAGE em Berlim.

Documentos requeridos (em inglês): Currículo Vitae, com carta de motivos e carta de recomendação pela sua organização; Cópias de seus diplomas acadêmicos; Formulário de inscrição disponível na Internet.

Maiores informações podem ser obtidas em <http://www.global-labour-university.org/216.html>.

Os interessados devem ser indicados formalmente pelas entidades nacionais cutistas, e procurar a Secretaria Nacional de Formação da CUT: (11) 2108-9281; snf@cut.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email ou marta.snf@cut.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email .

Petroleiros (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Imprensa da FUP

Solidariedade e mobilização mudam o rumo da campanha reivindicatória na Petrobrás

A solidariedade de classe dos petroleiros alterou a correlação de forças com a Petrobrás e mudou o curso da campanha reivindicatória. Pressionada pelas mobilizações da categoria e sua determinação em manter a deliberação de que com punição não haveria acordo, a empresa anistiou todas as suspensões e advertências arbitrariamente aplicadas aos trabalhadores que fizeram a greve de março.

Uma vitória singular! Em outros momentos críticos vividos pela categoria, foram preciso anos de luta para corrigir as ações autoritárias da Petrobrás. Levamos nove anos para reverter as punições e demissões dos companheiros que fizeram as greves de 1994 e 95. Os petroleiros punidos pelo regime militar de 1964 lutaram 21 anos para serem anistiados!

A campanha reivindicatória foi um processo que exigiu da FUP e de seus sindicatos ações e movimentos precisos, no momento certo. Como em um jogo de xadrez. Aliando organização sindical, mobilização e articulação política, conseguimos resolver as punições, que eram ponto condicionante para o fechamento do acordo coletivo. O protagonismo da FUP na campanha por uma nova lei do petróleo foi outro fator fundamental nesta vitória, pois credenciou a Federação nas gestões políticas pela anistia das punições.

Conquistamos também nesta campanha avanços importantes em reivindicações históricas, como a dobradinha de mais dois feriados e meio (extraturno); a extensão do auxílio educacional para os dependentes que estão ou virem a ingressar na universidade (uma luta que se arrasta desde 2004); licença maternidade de 180 dias (retroativa a setembro para quem já deu entrada no benefício); a formulação de um fundo garantidor para cobertura das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados; retorno ao Plano Petros dos aposentados e pensionistas que reivindicam desde 1985 o cumprimento das cláusulas 33 e 45 dos ACTs de 1985 e 1986, respectivamente; fim da redução do complemento mensal dos readaptados.

A contraproposta conquistada também garante ganho real entre 2,5 e 3,31% sobre o IPCA do período (acima da média obtida pelas demais categorias); um salário integral de abono; implantação do Plano Petros-2 na Transpetro; BPO para os participantes do Plano Petros que repactuaram; dias parados nas greves de 94, 95 e março de 2009; melhorias na AMS; fortalecimento das CIPAs e das comissões locais de SMS; reabertura do processo de repactuação do Plano Petros; avanços nas reivindicações dos anistiados (já está sendo providenciado o retorno à Petrobrás de 88 anistiados da Petroflex), entre outros pleitos sociais e econômicos (veja a íntegra das conquistas). Através do processo permanente de negociação com a Petrobrás e suas subsidiárias, a FUP buscará avanços nas reivindicações conquistadas e dará continuidade à luta pelo atendimento dos pleitos que não foram atendidos nesta campanha reivindicatória.

Subsidiárias - a contraproposta conquistada pela FUP é extensiva à Refap, Petroquisa, Petrobrás Transporte e TBG, garantindo aos trabalhadores destas empresas os mesmos direitos.

Luta de classe

O cancelamento das punições é uma conquista política importantíssima para cada petroleiro e petroleira. A Petrobrás colocou em xeque o direito de greve, a autonomia de mobilização dos trabalhadores e a sua liberdade de organização. A

FUP deixou claro que punição não se negocia. Punição é inaceitável. A resistência e a solidariedade da categoria foram fundamentais para frear a campanha assediada das gerências, que tentaram criminalizar os trabalhadores por lutarem pelo coletivo e seguirem os indicativos de seus sindicatos. A reversão das punições é uma vitória que extrapola a categoria petroleira, pois está no contexto da disputa ideológica entre capital e trabalho; peão e gerente; opressor e oprimido.

Confecom na batalha de ideias (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Rosane Bertotti é secretária de Comunicação da CUT e membro da Com. Org. da Confecom

Fruto da intensa pressão do movimento social, a Conferência Nacional de Comunicação a ser realizada de 14 a 17 de dezembro, na capital federal, desde já é um marco no longo e árduo processo de debate sobre a democratização da comunicação em nosso país. Com imensa riqueza, esta rica e intensa construção democrática em que converteu-se a Confecom, envolveu de doutores, especialistas e estudiosos a operários, agricultores e peões de obra. Reuniu homens e mulheres, negros e brancos, jovens e idosos, que buscaram se apropriar do tema e contribuir, a partir das suas visões de mundo, para que a comunicação volte a cumprir sua função social. Ao conseguir coletivizar a compreensão de que esta é um bem público, um direito social, a Conferência já é um ganho. A vitória, ainda que parcial, fica evidenciada pela intensidade dos debates nas suas etapas municipais e regionais, que apontam para um processo vivo, transformador, que descortina futuros. Assim, ao ser assumida coletivamente pelas entidades populares, governos progressistas e empresários não-monopolistas, questões que até então eram propostas por alguns movimentos de abnegados, transformaram-se numa radiante bandeira no campo da batalha de ideias, que se espalhou pelo país. A somatória de vozes tão diversas contribuiu para sepultar o discurso monocórdico de alguns barões da mídia, que se ausentaram da Confecom sob a alegação de que esta seria uma forma de cerceamento da liberdade de expressão. Com medo pânico do debate, pensavam em obstruí-lo com a sua ausência. É inteiramente explicável a conduta mandonista. Ela já faz parte da sua roupagem, acostumados que estão ao “sim senhor” eterno. Agiram como sempre, na ânsia de calar o contraditório. Enganaram-se com o tamanho do “problema” que, para sua desgraça, só tende a crescer. Na última semana, somou-se à sucessão de tristes exemplos de má-fé, desinformação e análises tendenciosas uma asquerosa matéria veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, de achincalhe do presidente Lula. Assinada pelo mais novo colaborador da família Frias, César Benjamin, não há fatos ou fotos, mas doses cavalares de fel político e ideológico. Inconformada com a popularidade do presidente, a Folha arregimenta incautos e ressentidos para repercutir a sua linha editorial difamatória. Desesperada frente à goleada imposta pela realidade, vê na mentira virtual uma chance de empatar o jogo. Em meio à imundície em que se vê mergulhada, tenta ganhar no tapetão. Esqueceu que ele já foi jogado no lixo, junto com o governador Arruda, ex-vice de Serra. Episódios como este reafirmam nosso compromisso de que a comunicação deve ser um direito público, regrada por dispositivos legais que assegurem sua liberdade, a fim de que a verdade não seja seqüestrada ditatorialmente por elites políticas e econômicas que, historicamente, têm subordinado a educação, a formação, a cultura popular e o interesse nacional à lógica neoliberal do cifrão. Com esta compreensão, defendemos o fortalecimento da rede pública de comunicação; canais e tevês comunitários para os movimentos sociais; redes de internet banda larga públicas, disseminadas pela Telebrás; horário sindical gratuito – a exemplo do horário eleitoral; dotações orçamentárias que sirvam para abrir espaço à multiplicação de vozes, ao contrário de verbas publicitárias que só servem para disseminar mais do mesmo, a partir de excludentes critérios mercadológicos. Falta pouco para a Conferência, que precisa muito da nossa energia nesta reta final. Viva a democracia! No país e na comunicação!

Direitos humanos e o dia internacional da pessoa com deficiência (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Expedito Solaney, secretário nacional de Políticas Sociais da CUT

O 3 de Dezembro é um dia em que temos que promover os Direitos Humanos de todas as pessoas com deficiência. Temos que utilizá-lo para promover as organizações e denunciar os preconceitos e discriminações que mantêm vulneráveis e excluídos pessoas com deficiência no mundo inteiro. Todas essas pessoas têm o seu valor. Suas habilidades e experiências são de enorme valor para a comunidade, para a sociedade, para o mundo. Todas têm os direitos, as necessidades e habilidades como quaisquer outras pessoas.

Origem da data: Na 37ª Sessão Plenária Especial sobre Deficiência da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em 14 de outubro de 1992, adotou o dia 3 de dezembro como Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. A data escolhida coincide com o dia da adoção do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência pela Assembléia Geral da ONU, em 1982.

Outras datas: Em 21 de setembro é comemorado no Brasil o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. A data foi instituída em 2005, por meio da Lei nº 11.133, este ano de 2009 comemoraram-se também os 200 anos de nascimento

de Louis Braille - criador do método de leitura e escrita para deficientes visuais. Braille morreu jovem, aos 43 anos. Ficou cego aos três, após um acidente e aos 20 criou o método universal de leitura para cegos. – neste mesmo dia em 1981 o Recife sediava o primeiro Congresso Brasileiro da Pessoa Deficiente, um marco importante. Este ano para registrar a passagem do dia a Câmara do Recife, numa iniciativa pioneira, lançou a Lei Orgânica Municipal impressa em Braille. Também este ano em ato na Câmara de São Bernardo do Campo - SP a CUT Nacional assinou o termo de adesão à campanha nacional de acessibilidade promovida pelo CONADE – “Siga esta Idéia”, com a presença do Ministro Paulo Vannuchi, do prefeito Luiz Marinho, além de outras entidades que também assinaram o termo.

Nos dias seguintes, a secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT junto com o Coletivo Nacional da Pessoa com Deficiência realizou o seu II Encontro Nacional também em São Bernardo. Trabalhadores/as e militantes dos direitos humanos, vindos de diversos estados do país, relataram os problemas enfrentados cotidianamente, produziram resoluções e um plano de ação para ser efetivado pela CUT Nacional, estaduais e ramos. Além de ações de cobrança junto aos governos e patrões, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento de cotas para admissão de trabalhadores/as com deficiência.

Como ação interna, ao aderirmos à campanha nacional de acessibilidade temos a obrigação de fazer valer o que preconiza a campanha, no que diz respeito às questões arquitetônicas para as sedes das CUTs, confederações, federações e sindicatos. Ações como publicar os jornais das entidades em Braille, construir sítios na web acessíveis, além de outras iniciativas. O coordenador do Coletivo Nacional da Pessoa com Deficiência da CUT, Flávio Henrique e do Coletivo Estadual da CUT/SP, Isaías Dias, lutaram para realizar o II encontro junto com a assinatura do termo de adesão da campanha nacional “Siga esta Idéia” do CONADE no dia nacional de luta das pessoas com deficiência, reforçando a importância do coletivo para a Central e suas entidades filiadas.

Neste 3 de dezembro de 2009, entidades, ativistas dos direitos humanos, pessoas com deficiência observam que o Brasil, apesar das especificidades de um país periférico tem avançado na atenção social, em políticas sociais de inclusão e mobilização da sociedade para campanhas tipo “Siga essa idéia” do CONADE. A transformação das políticas sociais deste governo em política de Estado, por meio de uma lei que consolide as políticas sociais é fundamental para dar continuidade temporal a importantes políticas sociais para um país que nunca experimentou com eficiência, eficácia e, sobretudo, programas governamentais permanentes e exitosos que devem ser transformados em direitos sociais.

Se o governo está propondo uma Consolidação das Leis Sociais, os movimentos sociais devem fazer pressão, devem lutar para sua aprovação no congresso nacional. Para se ter uma idéia do fosso social e da necessidade de mais Estado de mais políticas sociais, basta observar os dados. Segundo o IBGE, no ultimo Censo, o Brasil tinha 24,6 milhões de pessoas, de trabalhadores e trabalhadoras com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira. Já a PNAD 2008 verificou que a existência de 4,452 milhões de crianças de 5 a 17 anos que ainda trabalham no Brasil, ou seja, 10,2% das crianças desta idade. Além disso, temos outros tantos milhões trabalhadores em regime de escravidão ou análogo ao escravo. Portanto, o fosso social ainda muito grande, uma das maiores concentração de renda do mundo, uma concentração fundiária herdada do Brasil colônia, uma política fiscal que grava salários em vez da renda das grandes fortunas.

O desafio deste início de século XXI é romper por completo com todas as políticas neoliberais, de superávit primário, DRU, Lei de responsabilidade fiscal, juros altos, romper com a ditadura do capital. É um momento delicado, de continuidade de projeto e de fim de um modelo. Garantir a soberania nacional com as riquezas descobertas com o pré-sal, constitucionalizar direitos, distribuir a riqueza, construir com o povo o bem-estar coletivo é o que queremos e lutamos.

Trabalhadores são escravizados na construção de pedágio (CUT Nacional) **03/12/09**

Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15) encontrou 12 pedreiros e ajudantes submetidos à escravidão contemporânea em obras de estrada da concessionária Rodovias do Tietê, no município de Monte Mor (SP) Em plena construção de mais um dos pedágios da malha rodoviária de São Paulo, Estado mais rico do país, a Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15) encontrou 12 trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea. O flagrante ocorreu no município de Monte Mor (SP) em meados de outubro. Os pedreiros e ajudantes trabalhavam na construção de uma praça de pedágio para a concessionária Rodovias do Tietê. Contratadas para executar uma das fases, as vítimas chegaram às obras por meio de um esquema de sucessivas subcontratações, que envolve as empresas Jair Nunes da Silva Construções ME, Construtora House Capanema, Construtora Artin Ltda e a própria concessionária. No momento da fiscalização, os trabalhadores cozinhavam uma porção de feijão doada por um vizinho. A comida era preparada do lado de fora da casa utilizada como alojamento, em uma fogueira improvisada com tijolos. Eles estavam há dois dias sem se alimentar. O procurador do trabalho Mário Antônio Gomes, acompanhado de

técnicos da Vigilância Sanitária municipais de Monte Mor, constatou uma série de irregularidades. "A moradia não tinha as mínimas condições de ser habitada. Só havia um banheiro na casa, que estava muito sujo. O empregador não fornecia água potável aos empregados", detalha. Apenas sete dormiam em colchões próprios. Os outros improvisavam uma cama com papelão e cobertores. Na frente do alojamento, havia um depósito de lixo que exalava mau cheiro. Muitos animais peçonhentos e insetos circulavam pelo local por causa da proximidade com a mata. As vítimas trabalhavam no local desde agosto, mas ainda não tinham recebido salários regulares. Vales no valor de R\$ 50 foram distribuídos para alguns. "Depois que encerraram sua parte na obra, os trabalhadores foram deixados no alojamento, sem o pagamento dos salários e da rescisão do contrato de trabalho. Eles não tinham assistência nenhuma", conta o procurador. As Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de alguns empregados foram retidas; outros não tiveram registro no documento. A jornada de trabalho extrapolava o limite diário e semanal permitido pela legislação trabalhista (8h diárias ou 44h semanais). Os trabalhadores não tinham descanso semanal: trabalhavam de segunda a segunda, das 7h até às 21h. A pausa para alimentação era de apenas alguns minutos. De acordo com os depoimentos colhidos pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), as vítimas são do Nordeste. Contudo, eles já tinham migrado para o Sudeste em busca de condições melhores de vida. O recrutamento para a obra do pedágio foi feito já na capital paulista, com promessas de salários de R\$ 900, além de alimentação, moradia e todos os direitos trabalhistas. Os representantes da concessionária Rodovias do Tietê S/A assinaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual se comprometeram a fornecer alimentação e material de higiene pessoal aos empregados até o dia de audiência administrativa, ocorrida em 20 de outubro, na sede da PRT-15. Os trabalhadores receberam os pagamentos referentes ao tempo de trabalho, além da verba da rescisão do contrato de trabalho. Na opinião de Mário Antônio, este tipo de exploração ocorre devido à vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes, muitas vezes são ex-cortadores de cana. "O empregador sabe que o trabalhador necessita de emprego para continuar no Estado e o trabalhador se sujeita a condições como estas. Nós estamos acompanhando a mecanização do setor da cana-de-açúcar e como consequência o desemprego de muitos trabalhadores rurais. Essas pessoas estão indo trabalhar na construção civil, que em contrapartida tem recebido investimentos do governo e necessitado de mão-de-obra". A terceirização - e até a "quarteirização" - de serviços também foram condenadas pelo procurador. "Nesse ramo é muito difícil uma construtora fazer todo o trabalho. Normalmente, ela terceiriza cada etapa da construção e faz o papel de uma espécie de gerente da obra". As empresas grandes contratam outras menores e aquela que está na ponta do ciclo normalmente não tem condições financeiras de arcar com as verbas trabalhistas. A Rodovias do Tietê S/A pertence à CIBE Participações Empreendimentos S.A. (CIBEPAR) que, por sua vez, pertence a outras duas empresas: o Bertin Ltda - tradicional grupo de frigoríficos envolvido em outros casos de trabalho escravo - e o Grupo Equipav Pavimentação, Engenharia e Comércio S.A. A CIBEPAR atua nas áreas de saneamento, rodovias e energia. O grupo também é dono das concessionárias Rodovias das Colinas (SP), Sulvias, Metrovias e Convias (RS), a Nascentes das Gerais (MG). A CIBEPAR também controla a operadora do Terminal Rodoviário de Campinas e a operadora do Terminal Rodoviário de Campo Grande (MS). A Concessionária Rodovias do Tietê enviou nota à Repórter Brasil e disse que "tomou, imediatamente, todas as medidas necessárias para amenizar a situação vivida por aquelas pessoas e exigir da empresa contratada a regularização das condições de trabalho e alojamento dos seus funcionários. Quanto à terceirização das obras, a Rodovias do Tietê vai intensificar suas fiscalizações e aumentar as penalidades para as contratadas que praticarem atos não previstos na lei".

Pesquisa indica avanços na educação de jovens, mas alerta para desigualdades (CUT Nacional) 03/12/09

Escrito por Agência Brasil

Brasília - A situação educacional de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos é um misto de avanços, problemas e desafios, de acordo com estudo divulgado nesta quinta-feira (3) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O documento tem como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008, que indica um total de 49,7 milhões de jovens no país - 26,2% da população.

O Ipea destaca como principal avanço o fato de os jovens, atualmente, conseguirem passar mais tempo em sala de aula e terem maior escolaridade do que os adultos. Em 1998, a média de anos de estudo entre pessoas de 15 a 24 anos era 6,8. No ano passado, a média era de 8,7 anos de estudo entre jovens de 18 a 24 anos. No grupo de 25 a 29 anos, a média chegou a 9,2 - 3,2 anos de estudo a mais do que entre a população acima dos 40 anos.

Mas o estudo alerta que o processo de escolarização da maioria dos jovens brasileiros ainda é marcado por oportunidades limitadas e que, no país, prevalecem expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, e moradores de áreas urbanas e rurais e das diferentes regiões.

A pesquisa também destaca que apenas a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos frequenta o ensino médio na idade adequada e que 44% ainda não concluíram nem mesmo o ensino fundamental. Nas regiões Nordeste e Norte, as

taxas de frequência (36,4% e 39,6%, respectivamente) são bem mais baixas do que no Sudeste e Sul (61,8% e 56,5%, respectivamente).

O acesso ao ensino superior é ainda mais restrito, com frequência de apenas 13,6% dos jovens de 18 a 24 anos. Uma boa parcela dos que têm mais de 18 anos - cerca de 30% - conseguiu completar o ensino médio, mas sem buscar a continuidade de estudos no ensino superior.

O Ipea ressalta também que a proporção de jovens fora da escola cresce de acordo com a faixa etária: 15,9%, entre os jovens de 15 a 17 anos; 64,4%, de 18 a 24 anos; e 87,7%, de 25 a 29 anos.

Um destaque positivo apontado na pesquisa é que o maior nível de escolaridade também se reflete na menor taxa de analfabetismo entre os jovens. Na faixa de 15 a 17 anos, a queda foi de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2008, e, na faixa de 18 a 24 anos, foi de 8,8% para 2,4%, no mesmo período. Entretanto, de acordo com o estudo, a redução do analfabetismo entre jovens nos últimos dez anos não foi acompanhada da diminuição das disparidades regionais, sobretudo no Norte e Nordeste.

Para a técnica responsável pela área de juventude no estudo, Joana Mostafa, o ensino médio e o superior são os principais desafios. Ela chamou a atenção ainda para a questão da transição do trabalho para a escola, sobretudo para as jovens.

"As meninas de 15 a 17 e, sobretudo, de 18 a 29 anos acabam perdendo lugar social. Elas saem da escola e não entram no mercado, não estudam nem trabalham. Ficam provavelmente como donas de casa, um trabalho não remunerado e que mostra bem o lugar ainda ocupado pela mulher na sociedade brasileira."

Desigualdade racial é responsável por um terço da diferença de renda entre brancos e negros (CUT Nacional) 03/12/09
Escrito por Agência Brasil

Estudo divulgado nesta quinta-feira (3) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que a desigualdade racial é responsável por cerca de um terço da diferença de renda domiciliar per capita entre brancos e negros no país.

De acordo com o documento, as regiões mais ricas do Brasil meridional apresentam maior porcentagem de pessoas brancas do que as do Brasil setentrional. "Do Oiapoque ao Chuí, a população embranquece e a renda aumenta", informa o Ipea.

Segundo o estudo, de 2004 a 2008 a diferença entre as rendas médias dos negros e dos brancos brasileiros aumentou R\$ 52,92, mas a renda média dos brancos aumentou 2,15 vezes no período, enquanto a dos negros teve aumento de apenas 1,99 vez.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2008 mostram que a desigualdade brasileira caiu 9,7% desde 2004. Cerca de 31,5% dessa queda pode ser atribuída à redução da desigualdade entre grupos raciais, que foi de 13%. A desigualdade entre regiões caiu 12,6%, sendo responsável por 22,4% do total.

O Ipea alerta que juntas, a desigualdade entre regiões e a desigualdade racial respondem por algo entre um quarto e um quinto da desigualdade de renda domiciliar per capita de todo o país. Em 2008, esses dois índices respondiam por 22,3%, sendo 5,7% de desigualdade racial dentro das regiões e 16,6% de desigualdade regional.

O técnico responsável pela área de desigualdade racial no estudo, Rafael Ozório, lembrou que o racismo e a discriminação são causas importantes da desigualdade racial no Brasil, mas não são as únicas. "A gente tem que olhar para outras coisas, como o elevado nível de desigualdade regional. Políticas específicas para a população negra são necessárias, mas não são suficientes", disse.

Sindieletro-MG: trabalhadores rejeitam proposta da Gasmig (CUT Nacional) **03/12/09**

Escrito por Sindieletro-MG

Durante assembleia realizada na tarde dessa quarta-feira, dia 2, os trabalhadores rejeitaram por unanimidade a resposta da empresa à pauta de reivindicações.

Após um longo debate, eles consideraram a proposta apresentada pela Gasmig, após duas semanas de espera, muito abaixo do que têm direito e do que a empresa pode oferecer.

Entre outros itens que continuam sem resposta, a empresa não atendeu a reivindicação de garantia contra demissão imotivada, de ganho real ou de auxílio educação representativo.

A Gasmig adiou a data-base da categoria, que venceu dia 30 de novembro, para 11 de dezembro. Mas o período pode ser muito curto para a negociação, uma vez que a resposta está distante das reivindicações da categoria. Novas assembleias estão previstas para esta sexta-feira, dia 4.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:

imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise CUT
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

